



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**Exercício / 2013**

<b>PROCESSO SCOF/CCONT Nº 01/2014 .....</b>	<b>3</b>
<b>I. DA DESPESA AUTORIZADA.....</b>	<b>3</b>
1. CRÉDITOS AUTORIZADOS .....	3
2. PROVISÕES RECEBIDAS .....	4
3. DESTAQUES RECEBIDOS.....	4
<b>II. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....</b>	<b>5</b>
• SÍNTESE.....	5
• DAS DESPESAS DE PESSOAL .....	7
• DAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL .....	11
• DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS.....	20
• RESUMO GERAL DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	22
<b>III. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS METAS .....</b>	<b>24</b>
1. APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	25
2. ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES .....	27
3. ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS .....	28
4. AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS .....	29
5. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS .....	30
6. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	31
7. ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES .....	33
8. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL .....	35
<b>IV. INDICADORES DE GESTÃO.....</b>	<b>36</b>
A – INDICADORES GLOBAIS DA UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	36
1. ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	37
2. ÍNDICE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR.....	37
3. ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS.....	38
4. ÍNDICE DE DESPESAS DIRETAS COM PESSOAL.....	39
5. ÍNDICE DE DESPESAS DIRETAS COM OUTROS CUSTEIOS .....	40
6. ÍNDICE DE DESPESAS DIRETAS DE CAPITAL/INVESTIMENTOS .....	41
B – INDICADORES ESPECÍFICOS DA UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	42
1. INDICADOR DO PROGRAMA APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO .....	43
2. INDICADOR DO PROGRAMA ACJT/CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	44

3.	INDICADOR DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES .....	44
4.	INDICADOR DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES .....	45
5.	INDICADOR DO PROGRAMA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	46
6.	INDICADOR DO PROGRAMA AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS ..	47
7.	INDICADOR DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS .....	47
8.	INDICADOR DO PROGRAMA COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL .....	48
9.	INDICADOR DO PROGRAMA PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO .....	49
10.	INDICADOR DO PROGRAMA PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.....	49
	<b>C – INDICADOR DO CUSTO MÉDIO DA META FÍSICA ALCANÇADA .....</b>	<b>50</b>
1.	CUSTO ANUAL DE PROCESSO JULGADO .....	50
2.	CUSTO ANUAL DE PESSOAS ASSISTIDAS PELA JUSTIÇA GRATUITA .....	51
3.	CUSTO ANUAL POR BENEFICIÁRIO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA.....	52
4.	CUSTO ANUAL POR BENEFICIÁRIO DE ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR.....	53
5.	CUSTO ANUAL POR BENEFICIÁRIO DE AUXÍLIO TRANSPORTE .....	54
6.	CUSTO ANUAL POR BENEFICIÁRIO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO.....	55
7.	CUSTO ANUAL POR SERVIDOR CAPACITADO .....	56
	<b>D – DEMONSTRATIVOS DAS VARIAÇÕES ANUAIS DOS INDICADORES.....</b>	<b>57</b>
1.	INDICADOR DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	58
2.	INDICADOR ESPECÍFICO DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	59
3.	INDICADOR DO CUSTO MÉDIO ANUAL DAS METAS FÍSICAS .....	61
	<b>V. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA .....</b>	<b>64</b>
	<b>VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>67</b>
	<b>VII. ANEXOS .....</b>	<b>68</b>
●	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	69
●	BALANÇO FINANCEIRO .....	70
●	BALANÇO PATRIMONIAL .....	72
●	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	74
●	DEMONSTRAÇÕES DAS DISPONIBILIDADES .....	77



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**PROCESSO SCOF/CCONT nº 01/2014**

Sr. Diretor Geral da Administração

A fim de que seja dado cumprimento ao inciso XVI do artigo 70, Título IV, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, submetemos a V.S.<sup>a</sup> o presente processo de Prestação de Contas relativo às despesas realizadas no exercício financeiro de 2013.

**I. DA DESPESA AUTORIZADA**

O montante dos créditos orçamentários disponibilizados a este E. Tribunal foi consignado na Lei Orçamentária Anual para 2013 (Lei nº 12.798/2013), correspondendo à dotação inicial, além dos créditos suplementares, crédito extraordinário, provisões e destaques ocorridos durante o exercício, que seguem discriminados:

**1. Créditos Autorizados** (doc. pág. 69)

<b>Discriminação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Lei nº 12.798, de 04/04/2013, publicada em 05/04/2013	1.635.320.238,00
Créditos suplementares com oferecimento de recursos próprios	(10.314.000,00) 10.314.000,00
Créditos suplementares com oferecimento de receitas próprias	3.000.000,00
Créditos suplementares sem oferecimento de recursos próprios	216.408.502,00
Crédito Extraordinário (MP nº 598 de 27/12/2012) liberado pelo Ato Conjunto TST/CSJT nº 02/2013, de 22/01/2013	1.461.925,00
<b>Subtotal 1</b>	<b>1.856.190.665,00</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**2. Provisões Recebidas** (doc. pág. 69)

<b>Discriminação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Tribunal Superior do Trabalho	449.409,80
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	7.586.676,07
<b>Subtotal 2</b>	<b>8.036.085,87</b>

**3. Destaques Recebidos** (doc. pág. 69)

<b>Discriminação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Dotação de Precatórios – SPV	4.651.000,00
Dotação de Precatórios da Administração Direta	11.686.101,00
Dotação de Precatórios da Administração Indireta	12.008.854,00
<b>Subtotal 3</b>	<b>28.345.955,00</b>
<b>TOTAL GERAL AUTORIZADO (Subtotais 1 + 2 + 3)</b>	<b>1.892.572.705,87</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

## **II. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

- **Síntese**

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região desenvolveu sua execução orçamentária e financeira dentro dos limites orçamentários autorizados na Lei nº 12.798, de 04/04/2013 - Lei Orçamentária para 2013, dos Créditos Adicionais recebidos e das Provisões recebidas do C. Tribunal Superior do Trabalho, bem como através das “Descentralizações de Créditos Recebidos”, referentes à dotação de Precatórios da Administração Direta, Indireta e Sentenças de Pequeno Valor, perfazendo o montante orçamentário de R\$ 1.892.572.705,87 (Um bilhão, oitocentos e noventa e dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e cinco reais e oitenta e sete centavos).

A execução orçamentária e financeira da despesa efetivou-se por designação da E. Presidência, em nome dos Ordenadores da Despesa: Desembargadora MARIA DORALICE NOVAES; servidores LUÍS ALBERTO DAGUANO e DENIZE MOTA; e dos Encarregados do Setor Financeiro: servidoras LILIAN YURI TAKAHASHI, MONICA GERBER BOSSOLAN e SORAIA GOMES GOUVEA, atingindo o montante de R\$ 1.875.143.147,59, inclusive "Restos a Pagar". Do total autorizado (R\$ 1.892.572.705,87), não foram aplicados R\$ 17.429.558,28, correspondendo ao saldo da conta contábil 29.211.00.00 - *Crédito Disponível* em 31/12/2013.

As despesas foram processadas de acordo com o Plano de Contas Único, estabelecido na Norma de Execução n.º 04/97, de 31/10/97, em conformidade com a Instrução Normativa n.º 10/91, capítulos 03.00.00 e 04.00.00, bem como com a Portaria n.º 833/11, de 16/12/20, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional. Assim sendo, todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial foram inseridos no sistema SIAFI - Sistema



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Integrado de Administração Financeira, proporcionando a emissão automática dos balanços contábeis, integrantes da presente Prestação de Contas (doc. fls. 69/77).

Em 31/12/2013, o saldo dos recursos financeiros à disposição deste Tribunal importou em R\$ 154.949.354,95, conforme se verifica na conta contábil 11.216.04.00 exposta no Quadro 1, cujo teor foi extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e detalhada no Quadro 2.

**Quadro 1: Saldo da Conta Única em 31/12/2013**

SIAFI2013-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)	
21/02/14 18:37	USUARIO : AIRTON
	PAGINA : 1
UG EMITENTE : 080010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO	
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOIRO NACIONAL	
POSICAO : DEZEMBRO - ANO ENCERRADO	
CONTA CONTABIL : 112160400 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PAGAMENTO	
CONTA CORRENTE	SALDO EM R\$
0100000000 310 - PAGAMENTO PESSOAL	56.539.722,51 D
0100000000 400 - CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	28.458.217,95 D
0100000000 412 - PAGAMENTO DE CARTAO DE CREDITO	34.103,05 D
0100000000 422 - AUXÍLIO FUNERAL - CUSTEIO	136.688,42 D
0100000000 510 - CUSTEIO PGTO PESSOAL/AUXILIOS	2.591.550,38 D
0127000000 400 - CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	2.692.619,48 D
0150000000 400 - CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	5.071.524,45 D
0156000000 310 - PAGAMENTO PESSOAL	1.469.834,88 D
0181000000 400 - CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	57.948.593,03 D
0190000000 990 - PASSIVOS FINANCEIROS	6.500,80 D
<b>TOTAL ==&gt;</b>	<b>154.949.354,95 D</b>

**Quadro 2: composição do saldo da conta única em 31/12/2013**

1. Recursos Financeiros em 01/01/2013:		97.604.024,58
1.1. Utilização dos Recursos Financeiros de 01/01/2013:		
1.1.1. Deposito de terceiros	(4.775,93)	
1.1.2. Devolução de Transferências Recebidas - RAP	(6.766.978,50)	
1.1.3. Restos a Pagar - Pagos em 2013	(50.043.581,88)	-
1.1.4. Despesa Apropriada/Não Liquidada paga em 2013	(8.396.165,84)	(65.211.502,15)
<b>Saldo 1</b>		<b>32.392.522,43</b>
2. Demonstrativo da Utilização dos Recursos Financeiros Recebidos em 2013:		
2.1. Sub-Repasse		1.835.731.404,72



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

2.2. Recursos financeiros de receitas próprias		
2.2.1 Fonte 181	46.016.535,96	
2.2.2 Fonte 150	4.546.053,57	50.562.589,53
2.3. Execução Orçamentária		(1.875.143.147,59)
<b>Saldo 2</b>		<b>11.150.846,66</b>
3. Recursos Financeiros não Utilizados em 2013:		
3.1. Inscrição em. Restos a Pagar		82.152.419,11
3.2. Despesa Apropriada/Não Liquidada/2013		29.247.065,95
3.3. Depósitos de Terceiros		6.500,80
<b>Saldo 3</b>		<b>111.405.985,86</b>
<b>TOTAL GERAL (Saldos 1 + 2 + 3)</b>		<b>154.949.354,95</b>
<b>11.216.04.00 - LIMITE DE SAQUE COM VINC. DE PGTO 31/12/2013</b>		<b>154.949.354,95</b>

- **Das Despesas de Pessoal**

1. Créditos Orçamentários para as Despesas de Pessoal

Para as Despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista, e Obrigação Patronal, foi inicialmente aprovado na Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013 - Lei Orçamentária para 2013, o montante de R\$ 1.382.519.334,00, conforme demonstrado abaixo:

<b>Programas de Trabalho</b>	<b>Dotação Inicial</b>
Pagamento de Pessoal Ativo da União (Ativos <sup>1</sup> )	847.556.878,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Inativos e Pensionistas <sup>2</sup> )	372.045.030,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal <sup>3</sup> )	162.917.426,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.382.519.334,00</b>

Ativos <sup>1</sup> - PTR 059753; Inativos e Pensionistas <sup>2</sup> - PRT 059755; Obrigação Patronal <sup>3</sup> - PTR 059751



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Os limites de créditos aprovados na Lei nº 12.798/2013, no valor de R\$ 1.382.519.334,00, não foram suficientes, ocasionando a percepção de crédito suplementar no montante global de R\$ 210.922.314,00, sendo R\$ 106.971.407,00, R\$ 93.229.553,00 e R\$ 10.721.354,00 para as despesas referentes aos pagamentos de pessoal ativo, inativo/pensionista, e obrigação patronal, respectivamente.

Segue demonstração dos créditos suplementares concedidos em 2013:

a) Pagamento de Pessoal Ativo da União:

<b>Créditos Autorizados pelo CSJT sem solicitação do TRT</b>			
<b>Documento autorização</b>	<b>Nota de Dotação</b>	<b>Data</b>	<b>Valor-R\$</b>
Ato CSJT nº 356, de 08/10/13	2013ND 800025	09/10/13	43.456.553,00
Ato CSJT nº 411, de 06/11/13	2013ND 800027	07/11/13	8.202.796,00
Ato CSJT nº 469, de 13/12/13	2013ND 800032	16/12/13	669.945,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 43, de 13/12/13	2013ND 800033	17/12/13	35.997.749,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 46, de 19/12/13	2013ND 800035	23/12/13	18.644.364,00
<b>TOTAL</b>			<b>106.971.407,00</b>

b) Pagamento de Aposentadorias e Pensões:

<b>Créditos Autorizados pelo CSJT sem solicitação do TRT</b>			
<b>Documento autorização</b>	<b>Nota de Dotação</b>	<b>Data</b>	<b>Valor-R\$</b>
Ato CSJT nº 356, de 08/10/13	2013ND 800025	09/10/13	6.516.295,00
Ato CSJT nº 411, de 06/11/13	2013ND 800027	07/11/13	59.328.433,00
Ato CSJT nº 469, de 13/12/13	2013ND 800032	16/12/13	7.126.502,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 43, de 13/12/13	2013ND 800033	17/12/13	15.674.757,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 46, de 19/12/13	2013ND 800035	23/12/13	4.583.566,00
<b>TOTAL</b>			<b>93.229.553,00</b>

c) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal):





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

<b>Créditos Autorizados pelo CSJT sem solicitação do TRT</b>			
<b>Documento autorização</b>	<b>Nota de Dotação</b>	<b>Data</b>	<b>Valor-R\$</b>
Ato CSJT nº 411, de 06/11/13	2013ND 800027	07/11/13	67.037,00
Ato CSJT nº 469, de 13/12/13	2013ND 800032	16/12/13	23.237,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 43, de 13/12/13	2013ND 800033	17/12/13	6.854.340,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 46, de 19/12/13	2013ND 800035	23/12/13	2.320.645,00
Decreto de 26/12/2013	2013ND800036	27/12/13	1.456.095,00
<b>TOTAL</b>			<b>10.721.354,00</b>

Destarte, o total de créditos suplementares recebidos importa em R\$ 210.922.314,00, que somado aos créditos inicialmente aprovados pela Lei nº 12.798/2013, de R\$ 1.382.519.334,00, perfazem o total orçamentário de R\$ 1.593.441.648,00, para o Grupo de Despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, no exercício de 2013:

<b>Programas de Trabalho</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Crédito Suplementar</b>	<b>Total</b>
Pagamento de Pessoal Ativo da União (Ativos <sup>1</sup> )	847.556.878,00	106.971.407,00	954.528.285,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Inativos e Pensionistas <sup>2</sup> )	372.045.030,00	93.229.553,00	465.274.583,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal <sup>3</sup> )	162.917.426,00	10.721.354,00	173.638.780,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.382.519.334,00</b>	<b>210.922.314,00</b>	<b>1.593.441.648,00</b>

*Ativos <sup>1</sup> - PTR 059753; Inativos e Pensionistas <sup>2</sup> - PRT 059755; Obrigação Patronal <sup>3</sup> - PTR 059751*

## 2. Da Execução Orçamentária das Despesas de Pessoal

A dotação orçamentária para 2013 destinada às despesas de pessoal foi utilizada basicamente com a liquidação mensal das folhas de pagamento de ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao quadro de pessoal do Órgão, bem como com o recolhimento da Obrigação Patronal – PSSS.

Do total orçamentário recebido para as despesas com pessoal



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

ativo, inativo e pensionistas (R\$ 1.419.802.869,00), excluindo-se o montante de R\$ 173.638.780,00 destinado à obrigação patronal – PSSS, restou, na conta Crédito Disponível, saldo de R\$ 1,05.

Do orçamento referente à Obrigação Patronal – PSSS (R\$ 173.638.780,00), restou saldo não utilizado de R\$ 67,34.

Além das despesas normais com a folha mensal de pessoal, ocorreram os seguintes pagamentos na rubrica “Despesas de Exercícios Anteriores” referentes aos passivos da categoria Pessoal e Encargos Sociais:

<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor</b>	<b>OBS</b>
EAP 001/13	Obrigação Patronal - INSS	287,23	Servidores Ativos
	<b>Subtotal 1</b>	<b>287,23</b>	
EAP 005/10	Parcela Autônoma de Equivalência - PAE	4.522.901,11	Magistrados Ativos
		6.285.822,63	Magistrados Ativos - RAP/13 (*)
		41.533.892,12	Magistrados Inativos
		27.096.767,88	Magistrados Inativos - RAP/13 (*)
		1.790.513,59	Classistas
		123.883,16	Obrigação Patronal - PSSS
		837.877,30	Obrigação Patronal - PSSS - RAP/13 (*)
		139.403,65	Obrigação Patronal - INSS
		353.935,02	Obrigação Patronal - INSS - RAP/13 (*)
	<b>Subtotal 2</b>	<b>82.684.996,46</b>	
EAP 004/10	Pagamento de Juros sobre URV (S/ PAE)	175.712,30	Magistrados Ativos
		1.683.680,98	Magistrados Inativos
		473.925,02	Magistrados Inativos - RAP/13 (*)
		1.464,66	Obrigação Patronal - PSSS
			<b>Subtotal 3</b>
EAP 038/13	Adicional Por Tempo de Serviço - CSJT	1.550,65	Magistrados Ativos
		235,00	Magistrados Inativos
		<b>Subtotal 4</b>	<b>1.785,65</b>
<b>TOTAIS (subtotais 1+2+3+4)</b>		<b>85.021.852,30</b>	
(*) Saldos inscritos em RAP/2013			



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

### 3. Síntese das Despesas de Pessoal

Segue o quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista e Obrigação Patronal, em relação à dotação autorizada:

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial R\$ (a)	Crédito Suplementar R\$ (b)	Total do Orçamento para 2013 R\$ (c) = (a) + (b)	Execução Orçamentária R\$ (d)	Saldo Orçamentário R\$ (e) = (c) - (d)
Pagamento de Pessoal Ativo da União	059753	3190/91	847.556.878,00	106.971.407,00	954.528.285,00	954.528.283,95	1,05
Aposentadorias e Pensões	059755	3190	372.045.030,00	93.229.553,00	465.274.583,00	465.274.583,00	0,00
Contribuições da União p/ o PSSS	059751	3191	162.917.426,00	10.721.354,00	173.638.780,00	173.638.712,66	67,34
<b>TOTAL</b>			<b>1.382.519.334,00</b>	<b>210.922.314,00</b>	<b>1.593.441.648,00</b>	<b>1.593.441.579,61</b>	<b>68,39</b>

- **Das Despesas de Custeio e Capital**

#### 1. Créditos Orçamentários de Custeio e Capital Consignados na Lei Orçamentária Anual – L.O.A. de 2013

Para as Despesas de Custeio e Capital foi aprovado na Lei Orçamentária para 2013 o montante de R\$ 252.800.904,00, conforme demonstrado:

Programas de Trabalho	Despesas R\$		Total R\$
	Custeio	Capital	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	128.275.240,00	29.549.196,00	157.824.436,00
Capacitação de Recursos Humanos	1.641.772,00	0,00	1.641.772,00
Auxílio Alimentação	47.760.000,00	0,00	47.760.000,00



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Auxílio Transporte	3.744.000,00	0,00	3.744.000,00
Assistência Pré Escolar	4.496.856,00	0,00	4.496.856,00
Assistência Médica	26.416.320,00	0,00	26.416.320,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	10.092.000,00	0,00	10.092.000,00
Comunicação e Divulgação Institucional	810.520,00	15.000,00	825.520,00
<b>TOTAL</b>	<b>223.236.708,00</b>	<b>29.564.196,00</b>	<b>252.800.904,00</b>

Em 2013, os créditos suplementares concedidos a este Tribunal, sem oferecimento de recursos orçamentários próprios, para as despesas de custeio, totalizaram R\$ 5.486.188,00.

Esses créditos foram destinados às Atividades "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", "Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados", "Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados", "Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes" e "Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados", demonstrados no quadro a seguir:

<b>Créditos Autorizados pelo CSJT sem solicitação do TRT</b>					
<b>Documento autorização</b>	<b>Nota de Dotação</b>	<b>Data</b>	<b>PTR</b>	<b>Elemento da Despesa</b>	<b>Valor-R\$</b>
Ato Conjunto TST/CSJT nº 102, de 24/04/13	2013ND800018	25/04/2013	059759	3390.00	90.000,00
Decreto sem número, de 16/05/13	2013ND800020	17/05/2013	059754	3390.00	150.700,00
Ato CSJT nº 274, de 26/08/13	2013ND800024	27/08/2013	059759	3390.00	70.000,00
Decreto sem número, de 14/10/13	2013ND800026	15/10/2013	059756	3390.00	2.660.000,00
			059757	3390.00	510.000,00
			059754	3390.00	1.410.000,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 45, de 19/12/13	2013ND800034	20/12/2013	059756	3390.00	525.488,00
			059754	3390.00	20.000,00
Decreto sem número, de 12/12/13	2013ND800030	13/12/2013	059758	3390.00	50.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>5.486.188,00</b>

*OBS.: PTR 059759 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; PTR 059758 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes; PTR 059757 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados; PTR 059756 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados; PTR 059754 - Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados*

Dos créditos suplementares recebidos por este Regional, indicados acima, o total de R\$ 160.000,00 (2013ND800018 e 2013ND800024), referente ao elemento de despesa 3390.00 da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

059759), foi destinado ao desenvolvimento de projetos e atividades do "Programa Trabalho Seguro". A aplicação destes recursos está disciplinada no Ato Conjunto TST.CSJT nº 14/2012.

Do valor concedido em 2013 para o Programa Trabalho Seguro (R\$ 160.000,00), foram utilizados R\$ 131.076,42, conforme segue:

Processo	Objeto	Natureza da Despesa	Empenho	Valor R\$
PG nº 156/13	Elaboração de relatório a partir de análise técnica ergonômica dos postos de trabalho e medições ambientais, emissão do laudo técnico das condições no ambiente de trabalho e laudos de insalubridade e periculosidade sobre as condições ambientais de trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 02ª região	3390.39	2013NE002540	89.990,00
FP nº 229	Pagamento de diárias a colaborador eventual	3390.36	2013NE001375	552,60
FP nº 269	Pagamento de diárias	3390.14	2013NE001620	40.413,82
FP nº 365	Reembolso de despesa com exames de audiometria	3390.93	2013NE002216	120,00
<b>TOTAL</b>				<b>131.076,42</b>

*OBS.: PG – Pregão; FP – Folha de Pagamento*

Ainda, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos orçamentários, houve solicitação e liberação de créditos suplementares para despesas correntes e de capital, mediante oferecimento de recursos compensatórios das Ações constantes do Orçamento deste Órgão:

<b>Demonstrativo de Créditos Adicionais com Oferecimento de Recursos</b>							
<b>Recursos Oferecidos</b>				<b>Recursos Recebidos</b>			
Data do Pedido	PTR	Elemento da Despesa	Valor (R\$)	Data do Crédito	PTR	Elemento da Despesa	Valor (R\$)
26/04/2013	059759	4490.00	(4.664.000,00)	10/05/2013	059759	3390.00	4.664.000,00
24/10/2013	059759	4490.00	(3.000.000,00)	13/12/2013	059752	3390.00	6.000.000,00
	(*)	(*)	(3.000.000,00)	13/12/2013	059752	3390.00	
14/11/2013	059759	4490.00	(2.500.000,00)	05/12/2013	0059759	3390.00	2.500.000,00
14/11/2013	059760	3390.00	(150.000,00)	13/12/2013	059761	3390.00	150.000,00
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>(13.314.000,00)</b>	-	-	-	<b>13.314.000,00</b>

*(\*) Recursos oferecidos oriundos de receitas próprias decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica mantidos com as Instituições Financeiras*



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Assim sendo, o montante final dos créditos suplementares recebidos para custeio e capital, de R\$ 8.486.188,00, correspondente aos créditos sem o oferecimento de recursos orçamentários (R\$ 5.486.188,00) e aos créditos com oferecimento de receitas próprias (R\$ 3.000.000,00), somados aos créditos inicialmente aprovados pela Lei nº 12.798/2013, de R\$ 252.800.904,00, perfizeram o total orçamentário de R\$ 261.287.092,00 no exercício de 2013, abaixo discriminados:

<b>Programas de Trabalho</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Dotação Inicial</b>	<b>Crédito Suplementar</b>	<b>Total R\$</b>
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR – 059759)	3390/91	128.275.240,00	7.324.000,00	135.599.240,00
	4490	29.549.196,00	-10.164.000,00	19.385.196,00
Capacitação de Recursos Humanos (PTR - 059761)	3390/91	1.641.772,00	150.000,00	1.791.772,00
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (PTR - 059756)	3390	47.760.000,00	3.185.488,00	50.945.488,00
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (PTR - 059757)	3390	3.744.000,00	510.000,00	4.254.000,00
Assistência Pré-Escolar aos Dep. dos Servidores e Empregados (PTR - 059754)	3390	4.496.856,00	1.580.700,00	6.077.556,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (PTR - 059752)	3390/91	10.092.000,00	6.000.000,00	16.092.000,00
Assist. Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (PTR - 059758)	3390/91	26.416.320,00	50.000,00	26.466.320,00
Comunicação e Divulgação Institucional (PTR - 059760)	3390	810.520,00	-150.000,00	660.520,00
	4490	15.000,00	0,00	15.000,00
<b>TOTAL ORÇ. TRT 2ª R. p/ O.C.C.</b>		<b>252.800.904,00</b>	<b>8.486.188,00</b>	<b>261.287.092,00</b>

Portanto, o total dos créditos suplementares liberados para custeio e capital, de R\$ 8.486.188,00, representa 3,36% de acréscimo no total dos créditos inicialmente autorizados para 2013 (R\$ 252.800.904,00) e corresponde a 3,25% da dotação final autorizada (R\$ 261.287.092,00).

Além dos créditos suplementares acima comentados, foi publicada no D.O.U. em 27/12/2012, a Medida Provisória nº 598, concedendo crédito extraordinário destinado às despesas de capital, no montante de R\$ 9.854.732,00, aberto da seguinte forma:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Programas de Trabalho	Despesas		Total R\$
	Custeio	Capital	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	0,00	9.849.732,00	9.849.732,00
Comunicação e Divulgação Institucional	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>9.854.732,00</b>	<b>9.854.732,00</b>

No exercício financeiro de 2012, o crédito acima mencionado foi registrado contabilmente na conta 29.212.01.05 - Crédito Bloqueado pela SOF, não tendo havido, portanto, qualquer possibilidade de sua utilização na ocasião.

Em 2013, esse crédito foi reaberto pelo Ato Conjunto TST/CSJT nº 02 de 22 de janeiro de 2013, publicado no D.O.U. de 01 de fevereiro de 2013.

Esse crédito, igualmente concedido nos Programas de Trabalho *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (PTR 067715)* e *Comunicação e Divulgação Institucional (PTR 067716)*, foi bloqueado e cancelado no total de R\$ 8.392.807,00, em 12 de junho de 2013. O saldo de R\$ 1.461,925,00, pertencente ao PTR 067715, não foi cancelado em razão de empenhos já realizados.

## 2. Créditos Orçamentários Descentralizados - Provisões

Além dos créditos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária de 2013, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho descentralizaram créditos orçamentários, mediante Provisão, destinados aos Projetos *"Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)"*, *"Implantação de Varas da Justiça do Trabalho"* e *"Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho"* e às Atividades *"Manutenção do Sistema Nacional*



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

de Tecnologia da Informação” e “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados”, para as despesas de custeio (3390.00) e capital (4490.00), totalizando R\$ 8.036.085,87, como segue:

<b>Demonstrativo dos Créditos Descentralizados - Provisão</b>					
Data do Crédito	Documento		PTR (*)	Elemento da Despesa	Valor - (R\$)
	NC (*)	UG (*)			
08/03/2013	2013NC000004	080017	058792	3390.33	12.047,00
08/03/2013	2013NC000004	080017	058792	3390.14	12.751,00
16/05/2013	2013NC000053	080017	058792	3390.33	12.047,00
16/05/2013	2013NC000053	080017	058792	3390.14	12.751,00
08/04/2013	2013NC000117	080017	058792	4490.52	853.092,00
22/11/2013	2013NC000003	080010	058792	3390.33	-7.239,59
06/12/2013	2013NC000004	080010	058792	4490.52	-853.092,00
<b>Subtotal 1 - PTR 058792</b>					<b>42.356,41</b>
03/05/2013	2013NC000026	080017	058793	3390.00	1.746.026,25
				4490.00	2.278.068,82
21/11/2013	2013NC000002	080010	058793	3390.00	-460.000,00
				4490.00	-330.000,00
21/11/2013	2013NC000004	080010	058793	3390.00	-1.897,70
				4490.00	-1.044,06
<b>Subtotal 2 - PTR 058793</b>					<b>3.231.153,31</b>
27/09/2013	2013NC000182	080017	058795	4490.00	11.790,00
<b>Subtotal 3 - PTR 058795</b>					<b>11.790,00</b>
28/05/2013	2013NC000071	080017	058796	3390.00	1.829.615,00
				4490.00	4.163.301,00
21/11/2013	2013NC000001	080010	058796	4490.00	-1.000.000,00
21/11/2013	2013NC000004	080010	058796	3390.00	-25.222,73
				4490.00	-666.316,92
<b>Subtotal 4 - PTR 058796</b>					<b>4.301.376,35</b>
24/04/2013	2013NC000012	080001	058631	3390.39	171.034,63
14/11/2013	2013NC000114	080001	058631	3390.39	12.804,74
<b>Subtotal 5 - PTR 058631</b>					<b>183.839,37</b>
25/10/2013	2013NC000090	080001	058632	3390.92	20.800,00
05/12/2013	2013NC000144	080001	058632	3390.14	226.550,88
				3390.33	18.228,99
19/12/2013	2013NC000005	080010	058632	3390.33	-9,44
<b>Subtotal 6 - PTR 058632</b>					<b>265.570,43</b>
<b>TOTAL GERAL (subtotais 1+2+3+4+5+6)</b>					<b>8.036.085,87</b>
(*) NC – Nota de Crédito; UG – Unidade Gestora emitente; PTR – Programa de Trabalho Resumido.					
OBS.: PTR 058631 – Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação;					
PTR 058632 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados;					
PTR 058792 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do					





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

*Trabalho;*  
*PTR 058793 - Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho;*  
*PTR 058795 - Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho;*  
*PTR 058796 - Implantação de Varas da Justiça do Trabalho.*

As Provisões decorrentes de descentralizações efetuadas pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho foram destinadas à execução de despesas de custeio e capital com os seguintes Projetos e Atividades:

**a) Projetos**

- *“Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)” (PTR 058792);*
- *“Implantação de Varas da Justiça do Trabalho” (PTR 058796);*
- *“Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho” (PTR 058793 e 058795).*

**b) Atividades**

- *“Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação” (PTR 059631);*
- *“Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” (PTR 059632).*

As despesas de custeio (3390.00) e capital (4490.00) realizadas com essas provisões totalizam R\$ 8.036.085,87, sendo que sua execução correspondeu a 96,94% (R\$ 7.790.356,33) e o saldo não utilizado (R\$ 245.729,54) consta da conta Crédito Disponível.

A utilização desses créditos descentralizados a este Tribunal ocorreram conforme demonstrado abaixo:

<b>PTR</b>	<b>ND</b>	<b>PROCESSO</b>	<b>OBJETO</b>	<b>EMPENHO</b>	<b>VALOR R\$</b>
058792	3390.14	Folha de Pagamento	Diárias a magistrados e servidores que fazem parte da equipe responsável pela implantação do processo judicial eletrônico - PJe, indicados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.	2013NE000453	25.502,00



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

	3390.33	PG 102/12	Passagens aéreas nacionais para magistrados e servidores a serviço do processo judicial eletrônico.	2013NE000483	16.854,41
	<b>Subtotal 1</b>				<b>42.356,41</b>
058793	4490.52	PA 014/12	Aquisição de microcomputadores e monitores	2013NE001319	579.728,00
	3390.39	PA 014/12	Instalação de microcomputadores e monitores	2013NE001324 2013NE001326	14.976,00 3.577,59
	4490.52	PA 019/12	Aquisição de scanner	2015NE001545	48.061,20
	3390.39	PA 019/12	Instalação de scanner	2015NE001547	3.520,00
	3390.39	TP 003/13	Modernização do prédio que abriga a vara do trabalhista de caieiras	2016NE001669	355.306,62
	4490.52	PG 030/13	Aquisição de forno micro-ondas	2003NE001439	2.610,00
	4490.52	PG 030/13	Aquisição de refrigerador	2013NE001441	5.731,20
	4490.52	PG 030/13	Aquisição de bebedouros	2013NE001443	5.858,74
	3390.39	TP 004/13	Modernização do prédio que abriga a vara do trabalhista de Ribeirão Pires	2013NE002095	168.646,04
	4490.52	PG 061/13	Fornecimento de ar condicionado	2013NE002288	1.153.189,00
	3390.39	PG 061/13	Instalação de ar condicionado	2013NE002292	738.102,30
	<b>Subtotal 2</b>				<b>3.079.306,69</b>
058795	4490.52	CD 329/13	Aquisição de mesa higienizadora de documentos	2013NE002525	6.594,00
	4490.52	CD 329/13	Aquisição de 06 aparelhos termo-higrômetro	2013NE002528	312,00
	<b>Subtotal 3</b>				<b>6.906,00</b>
058796	4490.52	PA 014/12	Aquisição de microcomputador "desktop" e monitor	2013NE001318	183.072,00
	4490.52	PA 014/12	Aquisição de monitor de vídeo LCD policromático	2013NE001321	30.612,66
	3390.39	PA 014/12	Instalação de microcomputador "desktop" e monitor	2013NE001323	4.608,00
	3390.39	PA 014/12	Instalação de monitor de vídeo LCD policromático	2013NE001325	732,42
	4490.52	PA 021/12	Aquisição de notebooks	2013NE001584	54.376,00
	4490.52	PG 088/13	Aquisição forno micro-ondas	2013NE001855	9.350,00
	4490.52	PG 088/13	Refrigerador doméstico	2013NE001856	18.000,00
	4490.52	PG 088/13	Bebedouro tipo garrafão	2013NE001857	8.500,00
	3390.39	PG 092/13	Instalação de ar condicionado	2013NE002109	1.414.000,00
	4490.52	PG 092/13	Fornecimento de ar condicionado	2013NE002111	1.683.778,62
	4490.52	PG 105/13	Aquisição de cadeiras	2013NE002329	74.601,34
	4490.52	PG 105/13	Aquisição de cadeiras longarinas	2013NE002331	90.746,39
	4490.52	PG 132/13	Fornecimento de ar condicionado	2013NE002405	324.992,40
3390.39	PG 132/13	Instalação de ar condicionado	2013NE002406	315.007,60	
	<b>Subtotal 3</b>				<b>4.212.377,43</b>
059631	3390.39	CD 261/12	Suporte técnico e garantia de atualização de versões de licenças de banco de dados Oracle	2013NE000996	183.839,37
	<b>Subtotal 4</b>				<b>183.839,37</b>
059632	3390.14	FL 243/13	Diárias pagas a magistrados deste Tribunal para participação no curso de formação inicial de juízes organizado pela ENAMAT, em Brasília	2013NE002337	226.550,88
	3390.33	PG 102/12	Passagens aéreas utilizadas por magistrados deste Tribunal para participação no curso de formação inicial de juízes organizado pela ENAMAT, em Brasília	2013NE002338	18.219,55
	3390.92	EA.P 036/13	Pagamento de gratificação de encargo de curso por atividade de magistério no PJe/JT; descentralização	2013NE001989	20.800,00



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

		conforme Ofício Circ. ENAMAT nº 81/2013	
	<b>Subtotal 5</b>		<b>265.570,43</b>
<b>TOTAL GERAL (subtotais 1+2+3+4+5)</b>			<b>7.790.356,33</b>

### 3. Síntese da Execução Orçamentária das Despesas de Custeio e Capital

Considerando as movimentações orçamentárias, segue quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas de Outros Custeios e Capital – OCC, com as dotações próprias deste Tribunal e provisões concedidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho:

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial R\$	Créditos Suplementares e Provisão R\$	Total do Orçamento para 2013 R\$	Execução Orçamentária RS	Saldo Orçamentário R\$
			(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	(d)	(e) = (c) - (d)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	000602	3390/91	128.275.240,00	7.324.000,00	135.599.240,00	126.133.767,74	9.465.472,26
	000602	4490	29.549.196,00	-10.164.000,00	19.385.196,00	12.466.893,89	6.918.302,11
Capacitação de Recursos Humanos	000605	3390/91	1.641.772,00	150.000,00	1.791.772,00	1.583.091,39	208.680,61
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	000596	3390	47.760.000,00	3.185.488,00	50.945.488,00	50.945.470,53	17,47
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	000597	3390	3.744.000,00	510.000,00	4.254.000,00	4.254.000,00	0,00
Assistência Pré-Escolar aos Dep. dos Servid. e Empreg.	024328	3390	4.496.856,00	1.580.700,00	6.077.556,00	6.077.556,00	0,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	024327	3390/91	10.092.000,00	6.000.000,00	16.092.000,00	16.092.000,00	0,00
Assist. Médica e Odont. aos Servidores, Empreg. e seus Dependentes	024329	3390/91	26.416.320,00	50.000,00	26.466.320,00	26.466.320,00	0,00
Comunicação e Divulgação Institucional	042491	3390	810.520,00	-150.000,00	660.520,00	77.938,78	582.581,22
	042491	4490	15.000,00	0,00	15.000,00	7.130,00	7.870,00
<b>Subtotal Orç. TRT 2ª R. p/ O.C.C. (sem crédito extraordinário)</b>			<b>252.800.904,00</b>	<b>8.486.188,00</b>	<b>261.287.092,00</b>	<b>244.104.168,33</b>	<b>17.182.923,67</b>
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Créd. Extraordinário	067715	4490	0,00	1.461.925,00	1.461.925,00	1.461.925,00	0,00
<b>Subtotal Orç. TRT 2ª R. p/ O.C.C.</b>			<b>252.800.904,00</b>	<b>9.948.113,00</b>	<b>262.749.017,00</b>	<b>245.566.093,33</b>	<b>17.182.923,67</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

<b>(com crédito extraordinário)</b>							
Manut. de Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	<u>059631</u> Provisão TST	3390	0,00	183.839,37	183.839,37	183.839,37	0,00
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	<u>059632</u> Provisão TST	3390	0,00	265.570,43	265.570,43	265.570,43	0,00
Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho	<u>058792</u> Provisão CSJT	3390	0,00	42.356,41	42.356,41	42.356,41	0,00
Modernização das Instalações Físicas da Just. do Trabalho	<u>058793</u> Provisão	3390	0,00	1.284.128,55	1.284.128,55	1.284.128,55	0,00
	CSJT	4490	0,00	1.947.024,76	1.947.024,76	1.795.178,14	151.846,62
Modernização das Instalações Físicas da Just. do Trabalho	<u>058795</u> Provisão CSJT	4490	0,00	11.790,00	11.790,00	6.906,00	4.884,00
Implantação de Varas da Justiça do Trabalho	<u>058796</u> Provisão	3390	0,00	1.804.392,27	1.804.392,27	1.734.348,02	70.044,25
	CSJT	4490	0,00	2.496.984,08	2.496.984,08	2.478.029,41	18.954,67
<b>TOTAL PROVISÃO TST p/ O.C.C.</b>			<b>0,00</b>	<b>8.036.085,87</b>	<b>8.036.085,87</b>	<b>7.790.356,33</b>	<b>245.729,54</b>
<b>TOTAL GERAL</b> (Orçamento TRT 2ºR.+Provisão TST/CSJT)			<b>252.800.904,00</b>	<b>17.984.198,87</b>	<b>270.785.102,87</b>	<b>253.356.449,66</b>	<b>17.428.653,21</b>

• **Das Despesas com Precatórios**

Conforme disposto no artigo 28 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013 (Lei nº 12.708/2012), os créditos orçamentários destinados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor foram disponibilizados a este Tribunal mediante descentralização por meio de “Destaques”.

No decorrer do exercício de 2013, o montante descentralizado importou em R\$ 28.345.955,00, destinado ao pagamento das Operações Especiais “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas”, referente aos precatórios da Administração Direta e Indireta,



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

e “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas”, referente às Sentenças de Pequeno Valor – SPV, demonstrados a seguir:

1. Precatórios da Administração Direta, no valor total de R\$ 11.686.101,00:
  - Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (PTR: 064343).
2. Sentenças de Pequeno Valor, no valor total de R\$ 4.651.000,00:
  - Operação Especial: 28.846.0901.0625.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (PTR 064344).
3. Precatórios da Administração Indireta, no valor total de R\$ 12.008.854,00:
  - Operação Especial: 28.846.0901.0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (PTR: 063462, 065151 e 066844).

Segue a demonstração da origem dos recursos orçamentários recebidos:

<b>Operação Especial</b>	<b>P.T.R.</b>	<b>U.O.</b>	<b>Orçamento consignado (R\$)</b>
Adm. Direta	064343	71103 - Encargos Financeiros da União-Sentenças Judiciais	11.686.101,00
	<b>Subtotal 1</b>		<b>11.686.101,00</b>
SPV	064344	71103 - Encargos Financeiros da União-Sentenças Judiciais	4.651.000,00
	<b>Subtotal 2</b>		<b>4.651.000,00</b>
Adm. Indireta	063462	25201 - Banco Central do Brasil (BACEN)	3,00
	065151	38201 - FUNDACENTRO	519.417,00
	66844	33201 - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	11.489.434,00
	<b>Subtotal 3</b>		<b>12.008.854,00</b>
<b>TOTAL GERAL (subtotais 1+2+3)</b>			<b>28.345.955,00</b>



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

No exercício de 2013, do total dos créditos liberados (R\$ 28.345.955,00), foram efetivamente liquidados e pagos 99,9970% (R\$ 28.345.118,32).

A seguir, está demonstrada a destinação desses recursos orçamentários:

<b>Operação Especial</b>	<b>P.T.R.</b>	<b>U.O.</b>	<b>Orçamento consignado</b>	<b>Valor Pago</b>	<b>Crédito Disponível</b>
Adm. Direta	064343	71103 - Encargos Financeiros da União-Sentenças Judiciais	11.686.101,00	11.686.100,36	0,64
	<b>Subtotal 1</b>		<b>11.686.101,00</b>	<b>11.686.100,36</b>	<b>0,64</b>
SPV	064344	71103 - Encargos Financeiros da União-Sentenças Judiciais	4.651.000,00	4.650.165,35	834,65
	<b>Subtotal 2</b>		<b>4.651.000,00</b>	<b>4.650.165,35</b>	<b>834,65</b>
Adm. Indireta	063462	25201 - Banco Central do Brasil (BACEN)	3,00	2,44	0,56
	065151	38201 - FUNDACENTRO	519.417,00	519.416,42	0,25
	66844	33201 - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	11.489.434,00	11.489.433,75	0,25
	<b>Subtotal 3</b>		<b>12.008.854,00</b>	<b>12.008.852,61</b>	<b>1,39</b>
<b>TOTAL GERAL</b> (subtotais 1+2+3)			<b>28.345.955,00</b>	<b>28.345.118,32</b>	<b>836,68</b>

• **Resumo Geral da Programação e Execução Orçamentária e Financeira**

O Quadro abaixo demonstra as metas e os resultados alcançados por meio das Ações efetivadas pelos programas governamentais "Prestação Jurisdicional Trabalhista" e "Encargos Especiais", destacando o volume de recursos e as metas físicas previstas e realizadas, conforme registros na Lei Orçamentária Anual e no Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

<b>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA</b>				
				R\$ 1,00
<b>PROGRAMA: 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA</b>				
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira <sup>1</sup>	Física <sup>2</sup>	Financeira <sup>3</sup>	Física <sup>4</sup>
<b>ATIVIDADES</b>				
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	954.528.285,00	-	954.528.283,95	-
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - ACJT	154.984.436,00	487.059	138.600.661,63	476.733
4256 - ACJT - Capacitação de Recursos Humanos	1.791.772,00	3.158	1.583.091,39	6.235
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	26.466.320,00	15.512	26.466.320,00	14.785
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	6.077.556,00	668	6.077.556,00	919
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	4.254.000,00	1.343	4.254.000,00	1.740
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	50.945.488,00	5.605	50.945.470,53	5.888
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	16.092.000,00	13.789	16.092.000,00	13.979
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	675.520,00	1.300	85.068,78	1.431
2C73 - Manutenção de Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	183.839,97	-	183.839,37	-
20G2 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	265.570,43	-	265.570,43	-
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Crédito Extraordinário)	1.461.925,00	-	1.461.925,00	-
<b>PROJETOS</b>				
5093 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)	42.356,41	-	42.356,41	-
148F - Implantação de Varas da Justiça do Trabalho	4.301.376,27	-	4.212.377,43	-
1P66 - Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	3.242.943,31	-	3.086.212,69	-
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>				
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	173.638.780,00	-	173.638.712,66	-
<b>Subtotal 1</b>	<b>1.398.952.168,39</b>	<b>-</b>	<b>1.381.523.446,19</b>	<b>-</b>
<b>PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO</b>				
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira <sup>1</sup>	Física <sup>2</sup>	Financeira <sup>3</sup>	Física <sup>4</sup>
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>				
0181.0001 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	465.274.583,00	-	465.274.583,00	-
<b>Subtotal 2</b>	<b>465.274.583,00</b>	<b>-</b>	<b>465.274.583,00</b>	<b>-</b>
<b>PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>				
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira <sup>1</sup>	Física <sup>2</sup>	Financeira <sup>3</sup>	Física <sup>4</sup>
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>				
0005- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Administração Direta	11.686.101,00		11.686.100,36	
0005- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Administração Indireta	12.008.854,00		12.008.852,61	
0625 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	4.651.000,00		4.650.165,35	
<b>Subtotal 3</b>	<b>28.345.955,00</b>	<b>-</b>	<b>28.345.118,32</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL GERAL (subtotais 1+2+3)</b>	<b>1.892.572.705,87</b>	<b>-</b>	<b>1.875.143.147,59</b>	<b>-</b>
<b>Fonte: SIAFI</b>				
<b>Notas:</b> 1. <sup>1</sup> Dotação Autorizada, <sup>2</sup> Metas previstas na LOA, <sup>3</sup> Despesa Realizada, <sup>4</sup> Execução das metas previstas.				
2. Os dados referentes a “PROGRAMAÇÃO” correspondem aos publicados na L.O.A. para 2013 – Lei nº 12.798/13, créditos suplementares e descentralizações de créditos (provisão e destaques)				



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

### III. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS METAS

No quadro abaixo, constam as metas físicas, programadas e executadas, de acordo com os dados inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP.

ÓRGÃO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO - EXERCÍCIO: 2013			
AÇÕES	METAS FÍSICAS		%
	PROGRAMAÇÃO (*)	EXECUÇÃO	
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - ACJT	487.059	476.733	97,88
4256 - ACJT - Capacitação de Recursos Humanos da Just. do Trabalho	3.158	6.235	197,44
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados a seus Dependentes	18.587	14.785	79,54
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	668	919	137,57
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	1.343	1.740	129,56
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	5.605	5.888	105,05
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	13.789	13.979	101,38
2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	1.300	1.431	110,08

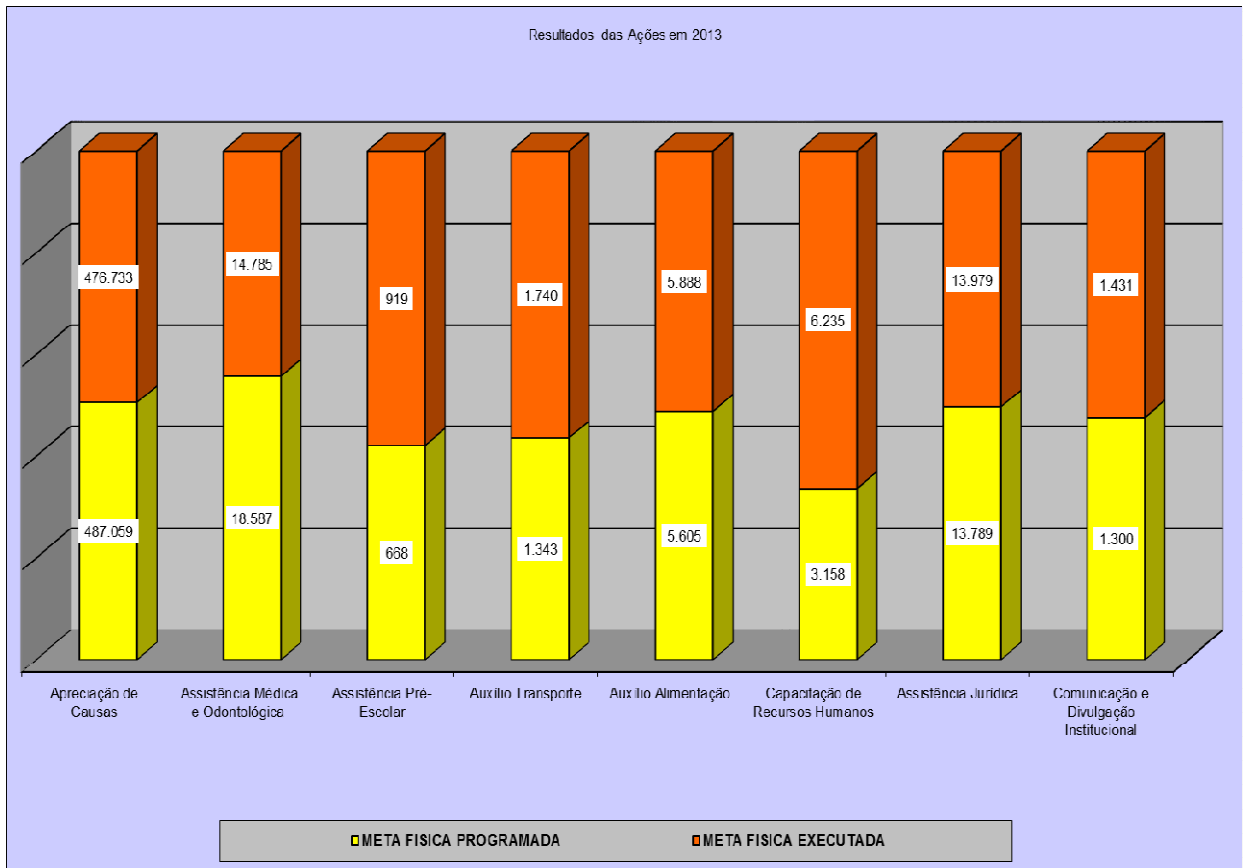
*(\*) As Metas iniciais programadas foram ajustadas durante o exercício, em virtude de liberações de créditos suplementares*

A representação gráfica evidencia os resultados auferidos no desempenho das Ações, demonstrando o cumprimento das metas planejadas.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**



Observados os resultados, depreende-se:

### 1. Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Atividade consubstanciada pelas despesas concernentes à manutenção dos serviços administrativos, serviços de transportes, conservação de bens imóveis, ações de informática, que objetivam prover o Órgão de meios administrativos para implementação e gestão deste Programa finalístico.

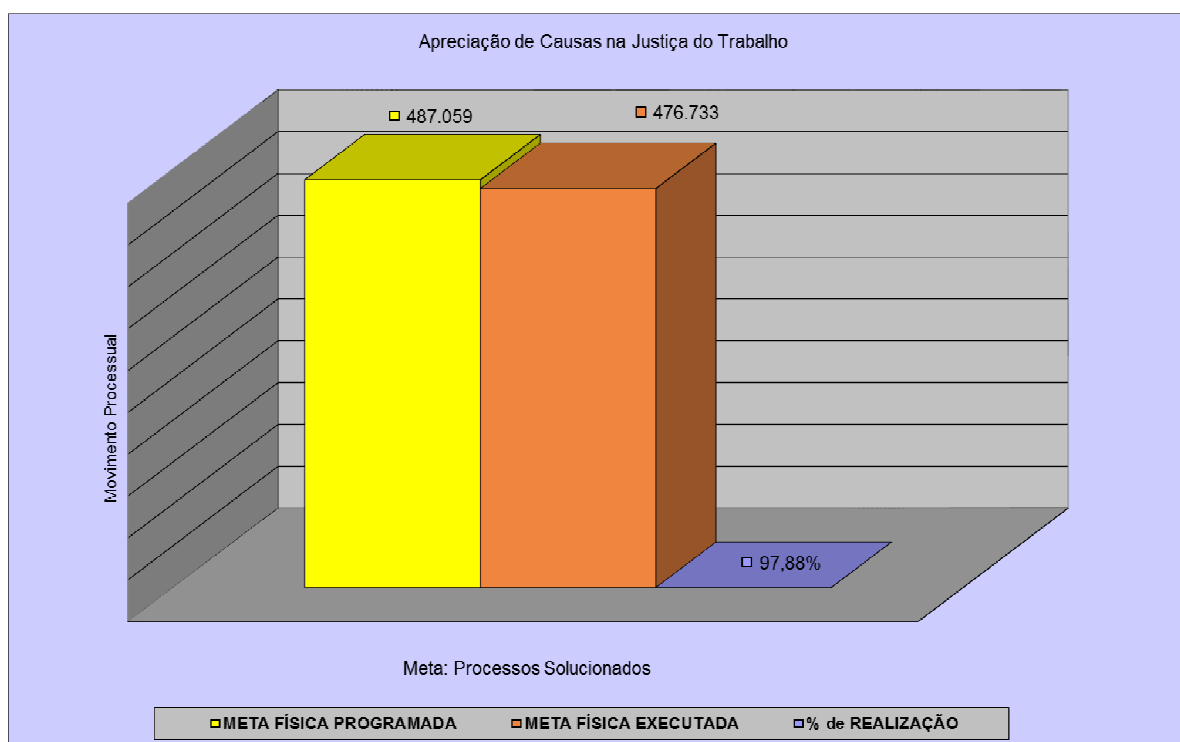
A meta para esta Ação é estabelecida pela quantidade de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

processos julgados.

Da expectativa de solucionar 487.059 processos no âmbito desta Justiça em 2013 foram executados 97,88%, tendo sido julgados 476.733 processos, segundo dados constantes no SIOP, o que denota resultado adequado ao previsto para o exercício de 2013 na atividade-fim neste Tribunal, não obstante o quantitativo ainda insuficiente de magistrados e servidores, frente ao crescente volume de processos que são recebidos anualmente na 2ª Região Trabalhista.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

## **2. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

A meta para esta Ação corresponde à quantidade de servidores, ativos, inativos e dependentes, beneficiados com programas de assistência médica e odontológica, viabilizada com os recursos orçamentários consignados a este Tribunal, mediante contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos diretamente pelo Órgão (seguro-saúde) ou ressarcimento de despesas com planos de saúde contratado diretamente por magistrado e servidor (auxílio-saúde), após comprovação dos pagamentos e nos limites definidos pelo Tribunal.

De acordo com os dados do SIOP, esta Ação alcançou 79,54% da meta física anual programada (18.587) constante da LOA, totalizando 14.785 beneficiários. No entanto, esse percentual não reflete a realidade. Senão, vejamos.

A meta prevista inserida por este Tribunal na Proposta Orçamentária – Limites Referenciais/2013 foi de 10.618 beneficiários para o montante orçamentário de R\$ 18.116.280,00. Porém, com o acréscimo orçamentário concedido na Lei Orçamentária para o exercício de 2013, que totalizou R\$ 26.416.320,00, essa meta passaria, proporcionalmente, a ser de 15.483 pessoas beneficiadas e não de 18.587 como constou na LOA/2013. Assim, o percentual efetivo de execução seria de 95,49%, ou seja 14.785 beneficiados (meta realizada) em relação a 15.483 beneficiados (meta prevista).

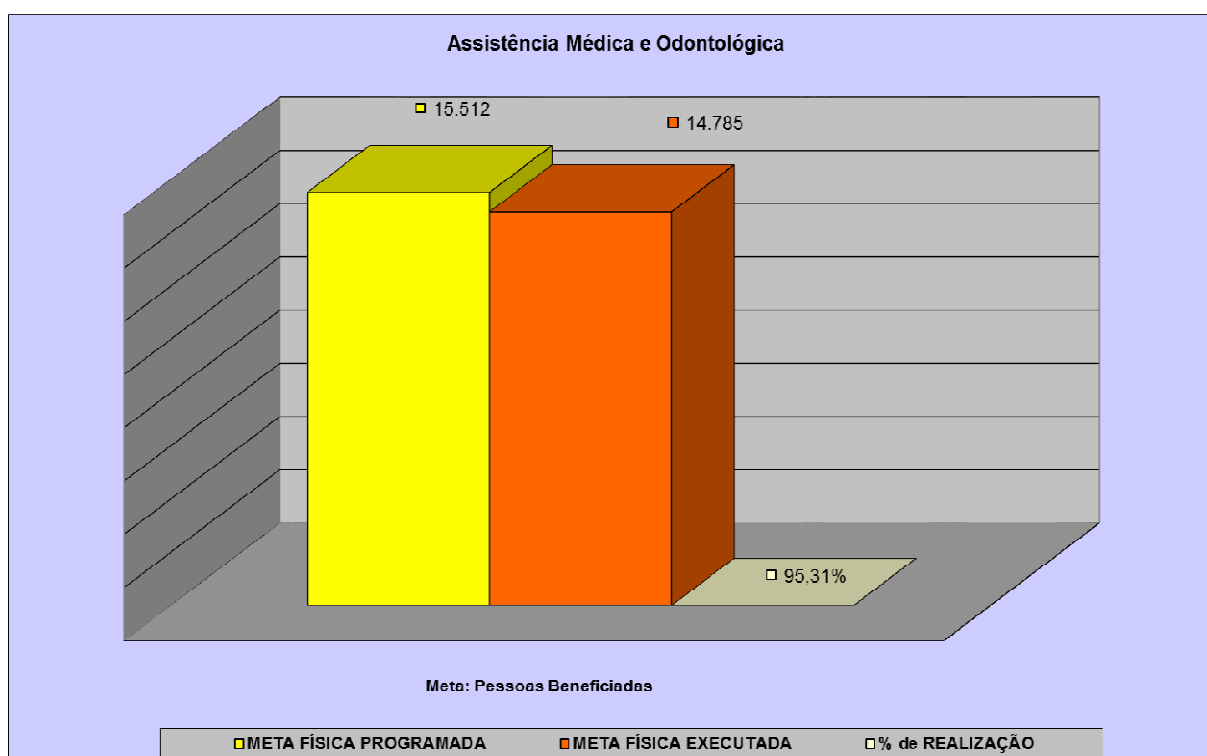
Ainda, no decorrer do exercício foi concedido crédito suplementar a este Tribunal, sem oferecimento de recursos próprios para esta Ação, no montante R\$ 50.000,00, elevando a dotação autorizada para R\$ 26.466.320,00, ocasionando, consequentemente, a reprogramação final da meta física para 15.512 beneficiários

Portanto, a análise da situação real indica que da meta física final



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

reprogramada (15.512 beneficiados) foram, de fato, realizados 95,31% (14.785 beneficiados), ocorrendo a utilização da totalidade dos recursos indicados na meta financeira, conforme registros no SIOP.



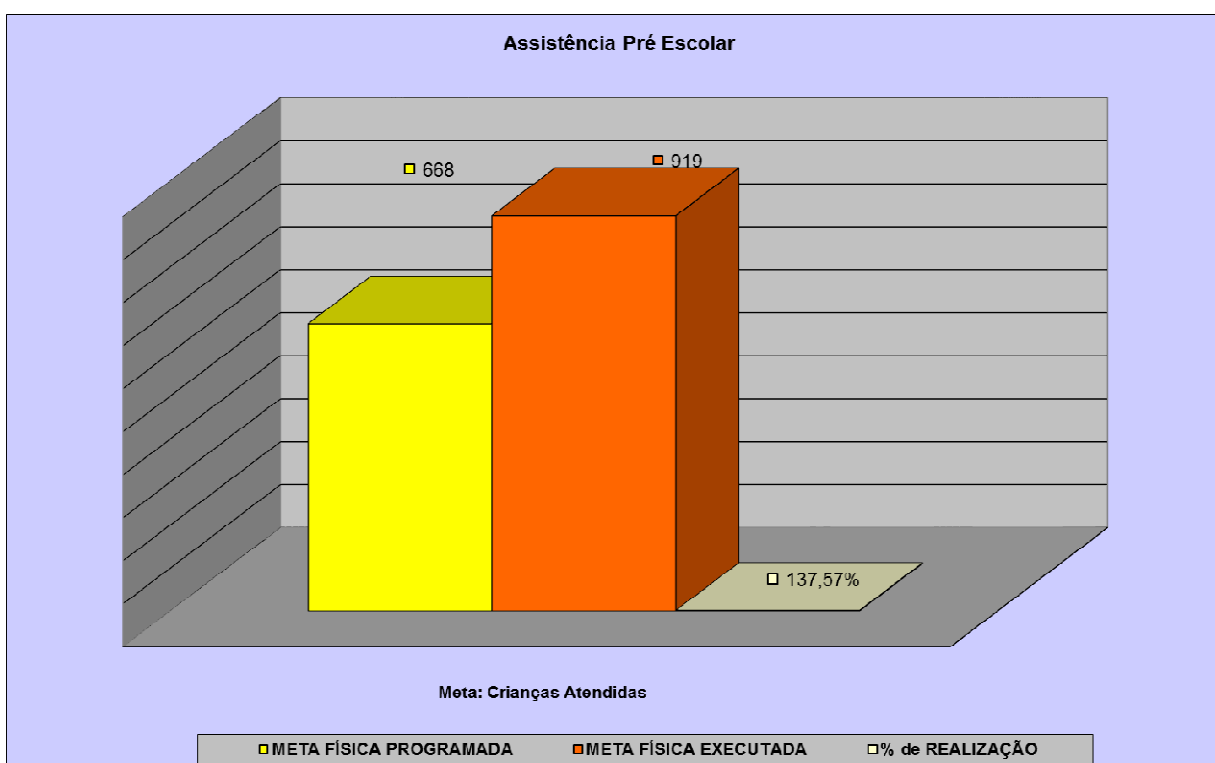
### **3. Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

A meta física programada para esta Ação, de 668 crianças atendidas, corresponde à quantidade estimada de crianças com idade entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos, cujos pais, servidores e magistrados deste Órgão, percebem o benefício “Auxílio-creche”, decorrente dos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

A meta final alcançada, de 919 crianças, superou a meta prevista (668 crianças) em 37,57%, demonstrando eficiência na aplicação dos recursos destinados a essa Ação.



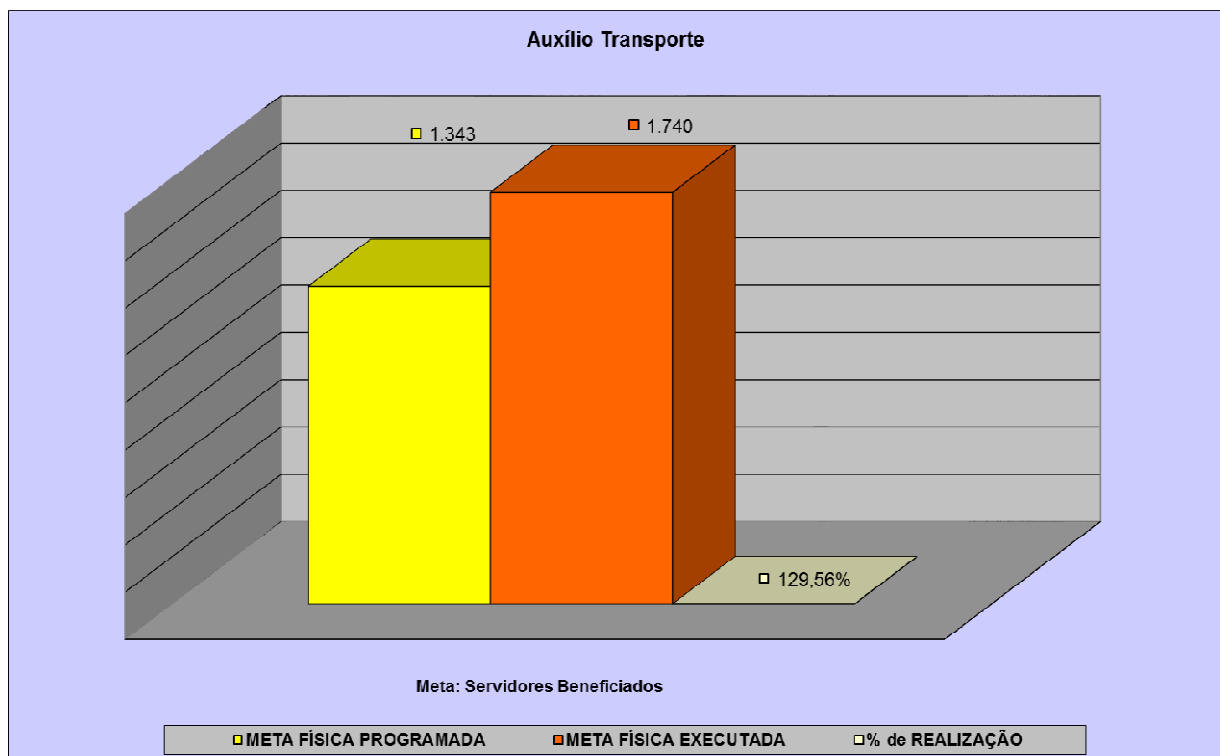
#### **4. Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados**

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de servidores deste Órgão, favorecidos, nos termos de Lei específica, pela percepção do benefício



em pecúnia, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

Em relação à meta física programada de 1.343 servidores beneficiados, a meta alcançada (1.740 beneficiados) indica a realização de 129,56%, demonstrando eficiência na aplicação dos recursos destinados a essa Ação.



## 5. Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

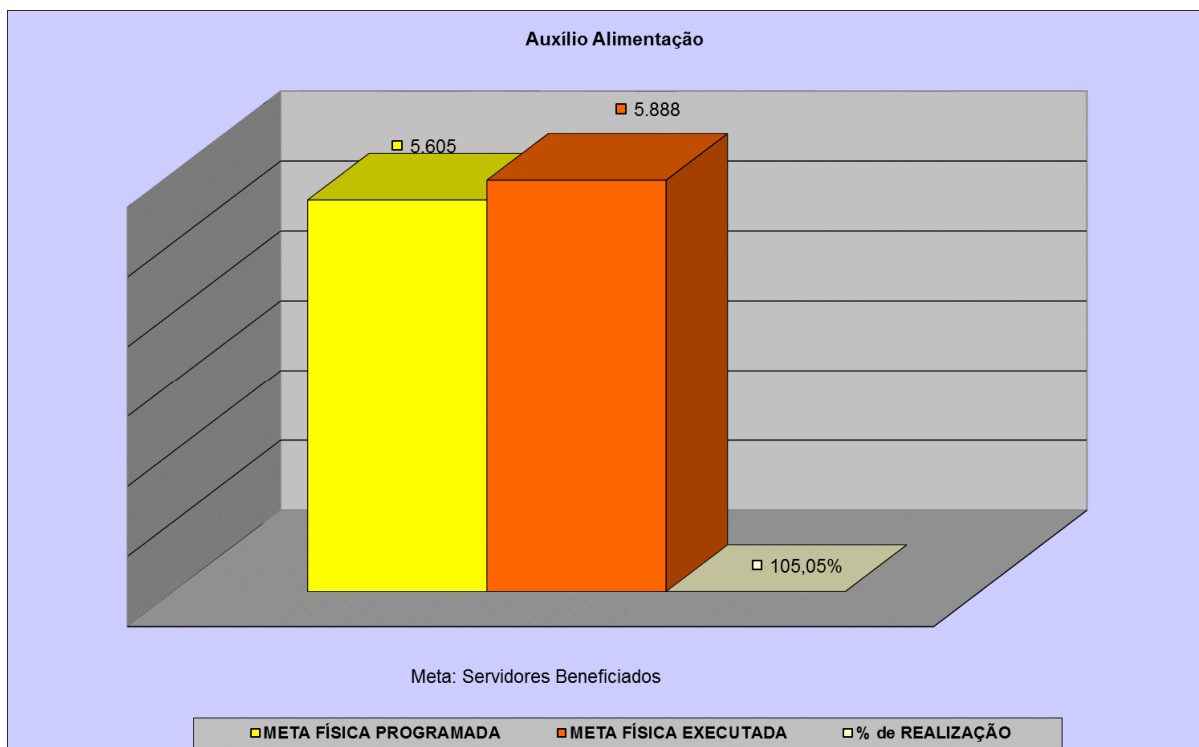
A meta para esta Ação corresponde à quantidade de magistrados e



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

servidores deste Órgão favorecidos com a concessão em pecúnia do benefício, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

Da meta física programada de 5.605 beneficiários, foram realizados 105,05%, correspondendo a 5.888 servidores beneficiados, superando, assim, a meta inicialmente fixada.



## 6. Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Em 2013, a Ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* abarcou as atividades relativas à capacitação de recursos humanos que, até então, eram previstas nas Leis Orçamentárias Anuais em Ação específica, com meta física e dotação orçamentária próprias.

Contudo, tendo em vista que seu orçamento é identificado no Sistema SIAFI através do Programa de Trabalho Resumido - PTR - 059761, distinguindo-se do orçamento específico para a Ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, cujo PTR é 059759, procedemos a demonstração das metas programadas e executadas para fins ilustrativos e gerenciais.

A meta prevista para o desenvolvimento de atividades de capacitação de recursos humanos corresponde à quantidade estimada de magistrados e servidores participantes de cursos, palestras e outros eventos voltados à melhoria do desempenho funcional e dos serviços prestados pelas unidades integrantes deste Tribunal.

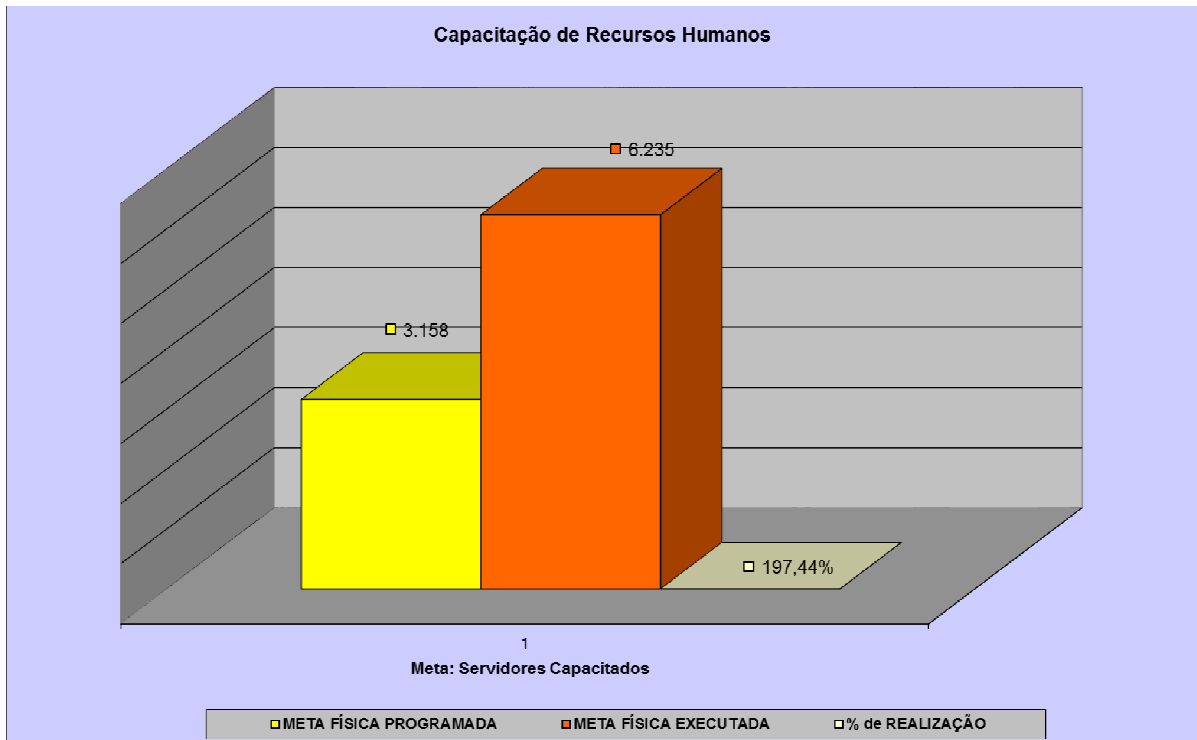
A meta programada (3.158 servidores) foi superada em 97,44% (6.235 servidores). O incremento significativo da meta realizada no exercício de 2013 ocorreu devido à realização de cursos e palestras no âmbito deste Regional, o que possibilitou o aumento do número de pessoas capacitadas a custos reduzidos.

A variação negativa do custo por servidor capacitado reflete descompasso entre as metas físicas e financeiras programadas, justificando-se pela utilização de meios estruturais deste Tribunal (salas de aula para cursos *in company*, professores do quadro de pessoal, etc.) que propiciam a capacitação de elevado número de servidores a custos reduzidos, ocasionando economicidade dos recursos disponibilizados.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**



## 7. Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de pessoas assistidas pela Justiça Gratuita, no que se refere aos pagamentos, pela União, de peritos, intérpretes e tradutores indicados em ações trabalhistas, de acordo com os ditames legais.

A meta física efetiva foi de 13.979 pessoas assistidas, que superou a meta prevista na LOA para 2013 (13.789 pessoas assistidas), correspondendo a 101,38%, adequada, portanto, ao previsto para o exercício de 2013. Esse resultado foi viabilizado pela concessão a este Tribunal, no decorrer do exercício, de créditos suplementares no montante de

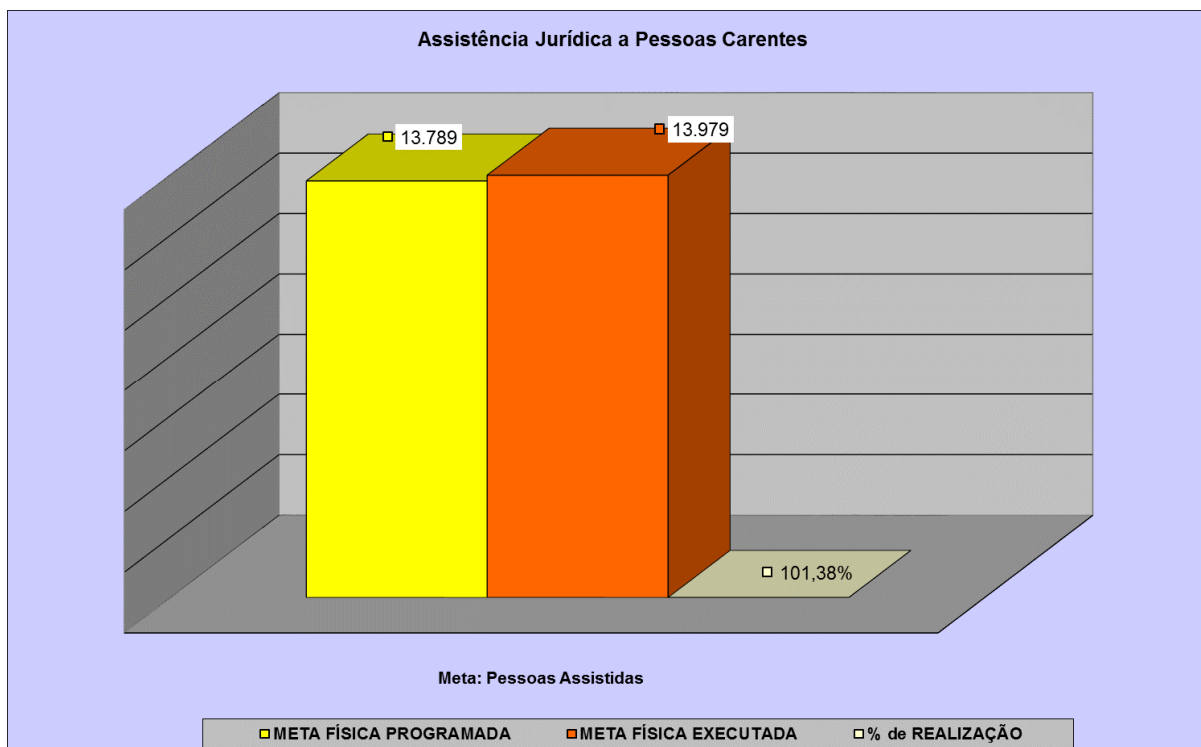


**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

R\$ 6.000.000,00, que somado ao valor inicialmente consignado na LOA (R\$ 10.092.000,00) resultou na disponibilidade orçamentária total de R\$ 16.092.000,00.

Os créditos suplementares foram viabilizados pelo oferecimento de recursos orçamentários de investimentos da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (R\$ 3.000.000,00) e, ainda, por recursos decorrentes da arrecadação do Órgão oriunda de Acordos de Cooperação mantidos com instituições bancárias (R\$ 3.000.000,00).

Os restos a pagar (RAP) não processados de 2013, inscritos para realização no exercício de 2014, perfazem o montante de R\$ 4.327.677,28, que corresponde a 26,89% do total empenhado (R\$16.092.000,00), resultado da liberação tardia dos créditos suplementares.



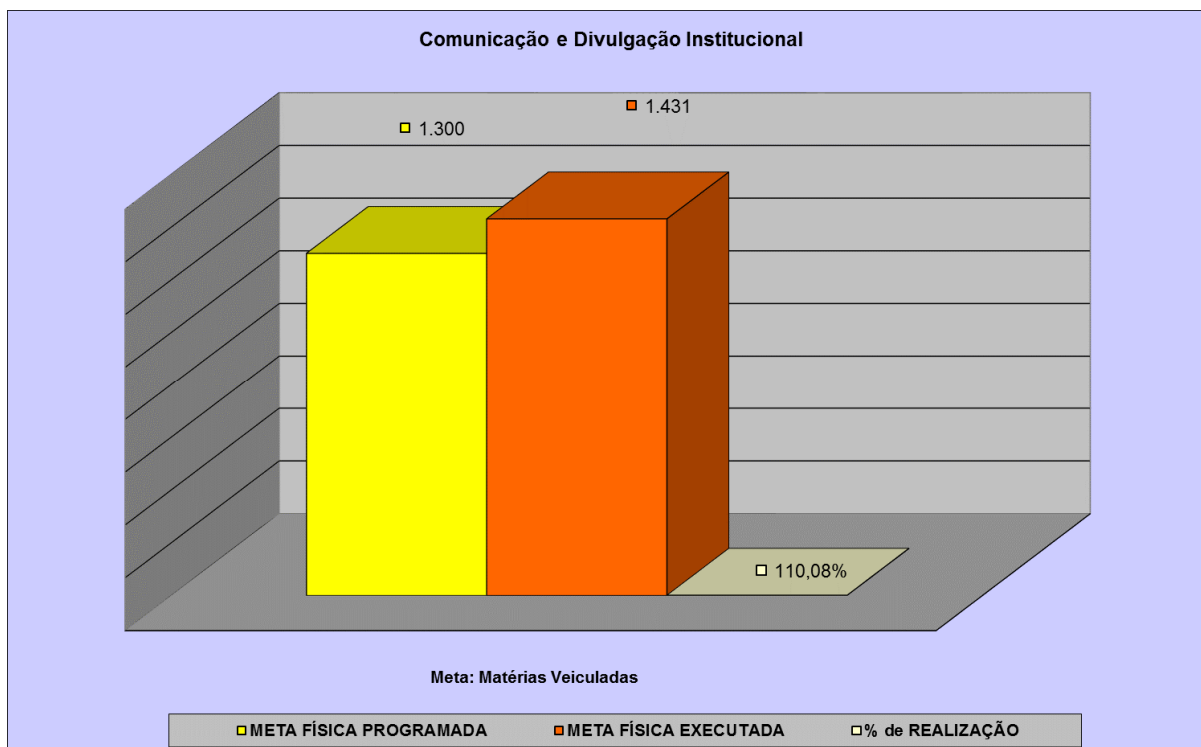


## 8. Comunicação e Divulgação Institucional

Esta Ação é voltada à realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, informando à sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere à divulgação das atividades institucionais desempenhadas pelo Órgão.

A meta programada (1.300 matérias veiculadas) foi superada em 10,08% (1.431 matérias veiculadas).





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

#### **IV. INDICADORES DE GESTÃO**

Os indicadores a seguir demonstram a gestão orçamentária sob três aspectos:

- A) Indicadores Globais da Utilização Orçamentária;
- B) Indicadores Específicos (por Ação) da Utilização Orçamentária; e,
- C) Indicadores do Custo Médio Anual das Metas Físicas Alcançadas por Ação desenvolvida.

Os indicadores apresentados medem a utilização do orçamento disponibilizado, bem como o custo das metas realizadas, possibilitando à Administração a análise dos resultados alcançados e, conseqüentemente, uma avaliação segura quanto à gestão dos recursos.

#### **A – INDICADORES GLOBAIS DA UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Estes indicadores demonstram o percentual de utilização do orçamento disponibilizado no exercício de 2013 sob os seguintes aspectos:

- Percentual da despesa realizada total (DRT) em relação ao total orçamentário consignado na L.O.A. para 2013.
- Percentual das despesas realizadas parciais (DRP) com restos a pagar, pessoal e custeios e capital, em relação à despesa realizada total (DRT).



## 1. Índice de Utilização Orçamentária

- Descrição: Este indicador permite avaliar se o orçamento do Tribunal foi elaborado de forma adequada, sem superdimensionamento dos gastos.
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula	
$\frac{\text{Despesa Realizada}}{\text{Orçamento Autorizado}} \times 100$	

- Cálculo:

Medição / 2012	Medição / 2013
$\frac{\text{R\$ 1.697.930.972,29}}{\text{R\$ 1.719.024.191,24}} \times 100 = \mathbf{98,7730\%}$	$\frac{\text{R\$ 1.875.143.147,59}}{\text{R\$ 1.892.572.705,87}} \times 100 = \mathbf{99,0791\%}$

O índice de utilização orçamentária apurado (99,0791%) demonstra que o orçamento de 2013, assim como o de 2012, foi elaborado de forma adequada, uma vez que houve a aplicação da quase totalidade dos recursos autorizados.

## 2. Índice de Inscrição de Restos a Pagar

- Descrição: Este indicador permite avaliar se os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula	
$\frac{\text{RAP não Processado}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100$	

- Cálculo:

Medição / 2012	Medição / 2013
$\frac{\text{R\$ } 58.353.375,46}{\text{R\$ } 1.697.930.972,29} \times 100 = 3,4367\%$	$\frac{\text{R\$ } 82.152.419,11}{\text{R\$ } 1.875.143.147,59} \times 100 = 4,3811\%$

O índice encontrado demonstra que 4,3811% das despesas realizadas durante o exercício foram postergadas para execução e pagamento no exercício de 2014, superando em 0,9441% o índice apresentado em 2012 (3,4367%).

### 3. Índice de Execução Financeira de Restos a Pagar Inscritos

- Descrição: Este indicador permite avaliar a execução financeira da inscrição de Restos a Pagar de exercícios pretéritos, cujo cumprimento da obrigação pelo credor e/ou pagamento foram postergados para o exercício de 2013.
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando a efetiva aplicação dos valores de restos a pagar de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

exercícios anteriores, cujo pagamento foi postergado para o exercício de 2013.

Fórmula	
$\frac{\text{Saldo de RAP Pagos (Passivo)}}{\text{Saldo de RAP Inscritos (Ativo)}} \times 100$	

• Cálculo:

Medição – RAP 2011 - pago em 2012	Medição – RAP 2012 – pago em 2013
$\frac{\text{R\$ } 22.847.555,81}{\text{R\$ } 31.221.911,90} \times 100 = 73,1780\%$	$\frac{\text{R\$ } 50.043.581,88}{\text{R\$ } 62.512.795,81} \times 100 = 80,0533\%$

No exercício de 2013, o índice demonstra que 80,0533% do montante inscrito em Restos a Pagar/2012 foram efetivamente pagos em 2013. Do total do saldo não pago (R\$ 12.469.213,93 equivalente a 19,9466%), foram cancelados R\$ 7.712.730,15 (12,3378%) e R\$ 4.756.483,78 (7,6088%) foram reinscritos para pagamento no exercício de 2014.

Comparativamente, em 2012 o índice encontrado demonstrava que 73,17801% dos Restos a Pagar de 2011, inscritos para execução e pagamento no exercício de 2012, foram pagos. Do saldo total não pago de R\$ 8.374.356,09 (26,8220%), foram cancelados R\$ 4.088.989,85 (13,0965%) e reinscritos R\$ 4.285.366,24 (13,7255%) para 2013.

#### 4. Índice de Despesas Diretas com Pessoal

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar a participação das despesas realizadas diretamente com pessoal ativo, inativos e pensionistas no total das despesas realizadas no exercício.
- Tipo de indicador: efetividade.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula	
$\frac{\text{Aplic. Dir. Realiz. c/ Pessoal}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100$	

- Cálculo:

Medição / 2012	Medição / 2013
$\frac{\text{R\$ 1.464.933.739,98}}{\text{R\$ 1.697.930.972,29}} \times 100 = \mathbf{86,2776\%}$	$\frac{\text{R\$ 1.593.441.579,61}}{\text{R\$ 1.875.143.147,59}} \times 100 = \mathbf{84,9771\%}$

Em 2013, observa-se que 84,9771% das despesas foram efetuados com pessoal, excluídos os gastos com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios da Administração Direta, Indireta e Sentenças de Pequeno Valor), que totalizaram R\$ 28.345.118,32.

Observa-se, ainda, a queda de 1,3005% da participação das despesas com pessoal em relação ao total orçamentário disponibilizado a este Tribunal, comparado ao exercício de 2012.

## 5. Índice de Despesas Diretas com Outros Custeios

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar a participação das despesas realizadas diretamente com outros custeios no total das despesas realizadas no exercício.
- Tipo de indicador: efetividade.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula	
$\frac{\text{Aplic.Dir.Realiz. c/ Outros Custeios}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100$	

- Cálculo:

Medição / 2012		Medição / 2013	
R\$ 197.212.570,80	X 100 = <b>11,6149%</b>	R\$ 235.140.387,22	X 100 = <b>12,5399%</b>
R\$ 1.697.930.942,29		R\$ 1.875.143.147,59	

O comprometimento no exercício de 2013 com o pagamento direto de despesas correntes corresponde a 12,5399% do total da despesa. Comparativamente a 2012, houve acréscimo de 0,9250% da participação das despesas correntes sobre o total orçamentário realizado.

## 6. Índice de Despesas Diretas de Capital/Investimentos

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar a participação das despesas realizadas diretamente com capital no total das despesas realizadas no exercício.
- Tipo de indicador: efetividade.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Fórmula	
$\frac{\text{Aplic.Dir.Realiz. c/ Invest. e Inv.}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100$	X 100

• Cálculo:

Medição / 2012	Medição / 2013
$\frac{\text{R\$ } 27.782.894,03}{\text{R\$ } 1.697.930.972,29} \times 100 = 1,6363\%$	$\frac{\text{R\$ } 18.216.062,44}{\text{R\$ } 1.875.143.147,59} \times 100 = 0,9715\%$

O comprometimento com o pagamento direto de despesas de capital/investimentos no exercício de 2013 corresponde a 0,9715% do total da despesa, demonstrando, se comparado ao exercício de 2012, um decréscimo da participação destas despesas em relação à disponibilidade orçamentária consignada a este Órgão.

## **B – INDICADORES ESPECÍFICOS DA UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- Descrição: Os indicadores a seguir apresentados refletem a execução orçamentária dos recursos destinados a cada Ação (Programa de Trabalho), permitindo avaliar se os respectivos orçamentos foram programados de forma adequada.
- Tipo dos indicadores: eficiência.
- Fórmula de Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

<b>Fórmula</b>	
$\frac{\text{Execução Orçamentária (do Programa)}}{\text{Programação Orçamentária (do Programa)}} \times 100$	

### 1. Indicador do Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

- Cálculo:

<b>Medição / 2012</b>	<b>Medição / 2013 (*)</b>
$\frac{\text{R\$ 122.811.967,55}}{\text{R\$ 130.129.303,00}} \times 100 = \mathbf{94,3769\%}$	$\frac{\text{R\$ 138.600.661,60}}{\text{R\$ 154.954.436,00}} \times 100 = \mathbf{89,4288\%}$
<i>(*) Considerado para fins de análise apenas orçamento do PTRES 059759. O PTRES 059761 – Capacitação de Recursos Humanos será analisado com indicador próprio.</i>	

No exercício de 2012 ocorreu a segregação dos recursos de pessoal e de outros custeios e capital em programas distintos: “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, para as despesas com outros custeios e capital, e “Pagamento de Pessoal Ativo da União”, para as despesas com pessoal ativo.

Em 2013, a Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho englobou as atividades próprias de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal. Entretanto, orçamentariamente, o SIAFI faz distinção entre as atividades, através dos PTRES 059759 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho e 059761 – Capacitação de Recursos Humanos, razão pela qual foram projetados indicadores distintos para verificação dos respectivos orçamentos.

Assim, a medição apresentada no quadro acima, de 89,4288%, indica o montante destinado apenas às despesas com outros custeios e capital de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, inclusive no exercício de 2012, para fins de comparação das



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

respectivas utilizações nesses exercícios. Observou-se, assim, queda no aproveitamento orçamentário desta Ação de 94,3769% em 2012, para 89,4288% em 2013.

## 2. Indicador do Programa ACJT/Capacitação de Recursos Humanos

- Cálculo:

Medição / 2012		Medição / 2013	
R\$ 829.250,89	X 100 = 58,1513%	R\$ 1.583.091,39	X 100 = 88,3534%
R\$ 1.426.022,00		R\$ 1.791.772,00	

Em 2012, a análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física, demonstrou eficiência na utilização orçamentária destinada à capacitação de magistrados e servidores, uma vez que com o aproveitamento de apenas 58,1513% dos recursos inicialmente previstos foi possível superar a meta prevista (3.152 servidores capacitados) em 29,35%, alcançando a capacitação de 4.077 servidores.

Em 2013, a meta alcançada (6.235) superou a programada (3.158) em 97,44%, utilizando-se 88,3534% dos recursos orçamentários disponibilizados. Justifica-se tal incremento pelos cursos organizados pela Escola Judicial, que utilizando-se de meios estruturais do Tribunal (salas de aula para cursos *in company*, professores do quadro de pessoal, etc.) propiciou a capacitação de elevado número de magistrados e servidores a custos reduzidos, ocasionando economicidade dos recursos.

## 3. Indicador do Programa Assistência Jurídica a Pessoas Carentes



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

• Cálculo:

Medição / 2012		Medição / 2013	
<u>R\$ 14.152.448,00</u>	X 100 = 100,0000%	<u>R\$ 16.092.000,00</u>	X 100 = 100,0000%
R\$ 14.152.448,00		R\$ 16.092.000,00	

Em 2012, a meta física de 12.531 pessoas assistidas praticamente alcançou a meta programada de 12.642 pessoas assistidas (99,12%). Esse resultado foi viabilizado somente com a concessão de crédito suplementar a este Tribunal decorrente do oferecimento de recursos próprios, no montante de R\$ 8.000.000,00.

Em 2013, a meta física realizada de 13.979 pessoas assistidas superou a meta programada de 13.789 pessoas assistidas (101,38%). Esse resultado foi viabilizado pela concessão de crédito suplementar a este Tribunal mediante o oferecimento de recursos próprios, no montante de R\$ 6.000.000,00.

Em ambos exercícios foram utilizados 100% do orçamento consignado.

**4. Indicador do Programa Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

• Cálculo:

Medição / 2012		Medição / 2013	
<u>R\$ 20.789.118,86</u>	X 100 = 99,9992%	<u>R\$ 26.466.320,00</u>	X 100 = 100,0000%
R\$ 20.789.280,00		R\$ 26.466.320,00	

Em 2012, a análise deste indicador conjuntamente com o desempenho da meta física



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

para este Programa demonstrou a utilização orçamentária de aproximadamente 100%, com meta efetiva de 14.339 juízes/servidores beneficiados, inferior à meta lançada incorretamente na LOA, de 16.712 beneficiários, porém superior à efetivamente programada por esta Secretaria, de 12.712 juízes/servidores.

Em 2013, a análise indica que a utilização orçamentária de 100% dos recursos viabilizou o alcance da meta de 14.785 juízes/servidores beneficiados, inferior à meta reprogramada por esta Secretaria, de 15.512 juízes/servidores.

## **5. Indicador do Programa Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados**

- Cálculo:

<b>Medição / 2012</b>		<b>Medição / 2013</b>	
R\$ 48.405.300,00	X 100 = 100,0000%	R\$ 50.945.470,53	X 100 = 99,99997%
R\$ 48.405.300,00		R\$ 50.945.488,00	

Em 2012, a análise deste indicador conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa demonstra que com 100% dos recursos destinados foi possível o alcance de 111,45% da meta programada (5.258 juízes/servidores), o que equivale a 5.860 juízes/servidores beneficiados.

Em 2013, a análise deste indicador demonstra que com, aproximadamente, 100,00% dos recursos destinados foi possível o alcance de 105,06% da meta programada (5.605 juízes/servidores), o que equivale a 5.888 juízes/servidores beneficiados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**6. Indicador do Programa Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados**

• Cálculo:

Medição / 2012		Medição / 2013	
<u>R\$ 3.846.750,47</u>	X 100 = 97,8718%	<u>R\$ 4.254.000,00</u>	X 100 = 100,0000%
R\$ 3.930.399,00		R\$ 4.254.000,00	

Em 2012, a análise deste indicador conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa demonstrou o alcance de 100,88% da meta programada de 1.695 servidores beneficiados, ou seja, 1.710 servidores foram beneficiados, demonstrando eficiência na utilização dos recursos destinados ao Programa.

Em 2013, a análise demonstra o alcance de 129,56% da meta programada de 1.343 servidores beneficiados, ou seja, 1.740 servidores foram beneficiados, demonstrando eficiência na utilização dos recursos.

Em 2013 foi utilizada a totalidade do orçamento consignado.

**7. Indicador do Programa Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

• Cálculo:

Medição / 2012		Medição / 2013	
<u>R\$ 5.152.419,74</u>	X 100 = 98,2683%	<u>R\$ 6.077.556,00</u>	X 100 = 100,0000%
R\$ 5.243.219,00		R\$ 6.077.556,00	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Em 2012, a análise deste indicador conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa evidenciou que com os recursos inicialmente consignados foi possível alcançar a meta de 903 crianças, correspondente a 106,61% da meta prevista (847 crianças).

Em 2013, a análise mostra eficiência, com 919 crianças atendidas, correspondendo a 137,62% da meta prevista (668 crianças).

Em 2013 foi utilizada a totalidade do orçamento consignado.

## **8. Indicador do Programa Comunicação e Divulgação Institucional**

- Cálculo:

<b>Medição / 2012</b>		<b>Medição / 2013</b>	
<u>R\$ 287.510,35</u>	X 100 = 31,7691%	<u>R\$ 85.068,78</u>	X 100 = 12,5931%
R\$ 905.000,00		R\$ 675.520,00	

Inserido no orçamento deste Tribunal no exercício de 2012, a análise deste indicador conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, demonstrou que com a utilização de 31,7691% do orçamento consignado foram realizados 106,31% da meta programada (1300 matérias), com o total de 1.382 matérias veiculadas.

Em 2013, a veiculação de 1.431 matérias, superior à meta programada de 1.300 matérias, foi viabilizada utilizando-se 12,5931% do orçamento final destinado a essa Ação (R\$ 675.520,00). A baixa utilização orçamentária justifica-se pelo grande número de matérias veiculadas no âmbito da instituição, a custos reduzidos.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

## 9. Indicador do Programa Pagamento de Pessoal Ativo

- Cálculo:

Medição / 2012		Medição / 2013	
R\$ 889.942.525,67	X 100 = 100,0000%	R\$ 954.528.283,95	X 100 = 100,0000%
R\$ 889.942.794,00		R\$ 954.528.285,00	

Conforme já comentado no item B 1 - Indicador do Programa de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, em 2012 ocorreu a segregação dos recursos destinados às despesas de pessoal ativo e de custeio e capital em programas distintos: “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, para as despesas com outros custeios e capital, e “Pagamento de Pessoal Ativo da União”, para as despesas com pessoal ativo.

Tendo em vista a segregação mencionada, a medição apresentada no quadro acima indica o montante destinado apenas às despesas com pessoal ativo, nos exercícios de 2012 e 2013, para fins de comparação entre as respectivas utilizações nesses exercícios.

Foi utilizada a totalidade dos recursos destinados ao pessoal ativo em ambos os exercícios.

## 10. Indicador do Programa Pagamento de Aposentadorias e Pensões



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Cálculo:

Medição / 2012		Medição / 2013	
R\$ 418.257.701,00	X 100 = 100,0000%	R\$ 465.274.583,00	X 100 = 100,0000%
R\$ 418.257.701,00		R\$ 465.274.583,00	

Não há registro, no SIOP, de meta específica para este Programa.

Foi utilizada, em ambos os exercícios, a totalidade dos recursos orçamentários autorizados.

## **C – INDICADOR DO CUSTO MÉDIO DA META FÍSICA ALCANÇADA**

### **1. Custo Anual de Processo Julgado**

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual dos processos julgados considerando-se a execução financeira das Ações “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” e “Pagamento de Pessoal Ativo da União”.
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Conforme já justificado no indicador “B1”, para fins de análise da meta de processos julgados, considerou-se o somatório dos orçamentos destinados aos Programas “Pagamento de Pessoal Ativo da União” e “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” (exceto orçamento do Programa de Trabalho Resumido – PTRES – 059761).

<b>Fórmula</b>
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada (*)}}{\text{Quantidade de Processos Julgados}}$
<i>(*) Despesa realizada nas Ações “Pagamento de Pessoal Ativo da União” e “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” (exceto orçamento do Programa de Trabalho Resumido – PTRES – 059761 – Capacitação de Recursos Humanos), incluindo-se as despesas do GND 4490.00.00 - Investimentos</i>

- **Cálculo:** A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos ou análise dos resultados.

<b>Medição / 2012</b>	<b>Medição / 2013</b>
$\frac{\text{R\$ 1.012.754.493,22}}{465.452} = \text{R\$ 2.175,85}$	$\frac{\text{R\$ 1.093.128.945,58}}{476.733} = \text{R\$ 2.292,96}$
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se as despesas realizadas nas Ações “Pagamento de Pessoal Ativo da União” e “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho” (exceto orçamento do Programa de Trabalho Resumido – PTRES – 059761 – Capacitação de Recursos Humanos), incluindo-se as despesas do GND 4490.00.00 – Investimentos</i>	

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2012, verifica-se aumento no custo médio por processo de 5,38%.

## **2. Custo Anual de Pessoas Assistidas pela Justiça Gratuita**

- **Descrição:** O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual da despesa por beneficiário da Justiça Gratuita.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo:

<b>Fórmula</b>
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada (*)}}{\text{Quantidade de Pessoas Assistidas}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação "Assistência Jurídica às Pessoas Carentes"</i>

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos ou análise dos resultados.

<b>Medição / 2012</b>	<b>Medição / 2013</b>
$\frac{\text{R\$ 14.152.448,00}}{12.531} = \text{R\$ 1.129,39}$	$\frac{\text{R\$ 16.092.000,00}}{13.979} = \text{R\$ 1.151,16}$
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação "Assistência Jurídica às Pessoas Carentes"</i>	

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2012, verifica-se aumento no custo médio por beneficiário de 1,93%.

### **3. Custo Anual por Beneficiário de Assistência Médica e Odontológica**

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das despesas por beneficiário.
- Tipo de indicador: eficiência.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

- Fórmula de cálculo:

<b>Fórmula</b>
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada (*)}}{\text{Quantidade de Beneficiários}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes”</i>

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos ou análise dos resultados.

<b>Medição / 2012</b>	<b>Medição / 2013</b>
$\frac{\text{R\$ 20.789.118,26}}{14.339} = \text{R\$ 1.449,83}$	$\frac{\text{R\$ 26.466.320,00}}{14.785} = \text{R\$ 1.790,08}$
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes”</i>	

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2012, verifica-se aumento no custo médio por beneficiário de 23,47%, considerando-se o significativo aumento no valor do benefício no exercício de 2013.

#### **4. Custo Anual por Beneficiário de Assistência Pré-Escolar**

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual da despesa por beneficiário.
- Tipo de indicador: eficiência.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Fórmula de cálculo:

<b>Fórmula</b>
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada (*)}}{\text{Quantidade de Crianças Beneficiadas}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação “Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados”</i>

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos ou análise dos resultados.

<b>Medição / 2013</b>	<b>Medição / 2012</b>
$\frac{\text{R\$ 5.152.419,74}}{903} = \text{R\$ 5.705,89}$	$\frac{\text{R\$ 6.077.556,00}}{919} = \text{R\$ 6.613,23}$
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação “Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados”</i>	

Em comparação com o resultado alcançado no exercício de 2012, verifica-se significativo incremento no custo médio por beneficiário, de 15,90%, no exercício de 2013.

## **5. Custo Anual por Beneficiário de Auxílio Transporte**

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das despesas por beneficiário.
- Tipo de indicador: eficiência.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

- Fórmula de cálculo:

<b>Fórmula</b>
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada} (*)}{\text{Quantidade de Servidores Beneficiados}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação "Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados"</i>

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos ou análise dos resultados.

<b>Medição / 2012</b>	<b>Medição / 2013</b>
$\frac{\text{R\$ 3.846.750,47}}{1.710} = \text{R\$ 2.249,56}$	$\frac{\text{R\$ 4.254.000,00}}{1.740} = \text{R\$ 2.444,83}$
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação "Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados"</i>	

Em comparação com o resultado alcançado no exercício de 2012, verifica-se aumento no custo médio por beneficiário de 8,68%.

## **6. Custo Anual por Beneficiário de Auxílio Alimentação**

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das despesas por beneficiário.
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Fórmula
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada} \quad (*)}{\text{Quantidade de Serv./Juizes Beneficiados}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação "Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados"</i>

- **Cálculo:** A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos ou análise dos resultados.

Medição / 2012	Medição / 2013
$\frac{\text{R\$ 48.405.300,00}}{5.860} = \text{R\$ 8.260,29}$	$\frac{\text{R\$ 50.945.470,53}}{5.888} = \text{R\$ 8.652,43}$
<i>Costo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação "Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados"</i>	

Em comparação com o resultado alcançado no exercício de 2012, verifica-se aumento no custo médio por beneficiário de 4,75%.

## 7. Custo Anual por Servidor Capacitado

- **Descrição:** O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das despesas por servidor.
- **Tipo de indicador:** eficiência.
- **Fórmula de cálculo:**





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

<b>Fórmula</b>
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada} (*)}{\text{Quantidade de Serv./Juizes Beneficiados}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação "Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho"</i>

- **Cálculo:** A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos ou análise dos resultados.

<b>Medição / 2012</b>	<b>Medição / 2013</b>
$\frac{\text{R\$ 829.250,89}}{4.077} = \text{R\$ 203,40}$	$\frac{\text{R\$ 1.583.091,39}}{6.235} = \text{R\$ 253,90}$
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação "Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho"</i>	

Em comparação com o resultado alcançado no exercício de 2012, verifica-se aumento do custo médio por beneficiário de 24,83%.

## **D – DEMONSTRATIVOS DAS VARIAÇÕES ANUAIS DOS INDICADORES**

Segue a síntese dos indicadores apresentados nos itens "A" (*Indicador de Utilização Orçamentária*), "B" (*Indicador Específico de Utilização Orçamentária*) e "C" (*Indicador do Custo Médio Anual das Metas Físicas*) apurados em 2013, comparando-os nos quatro exercícios anteriores.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

## 1. Indicador de Utilização Orçamentária

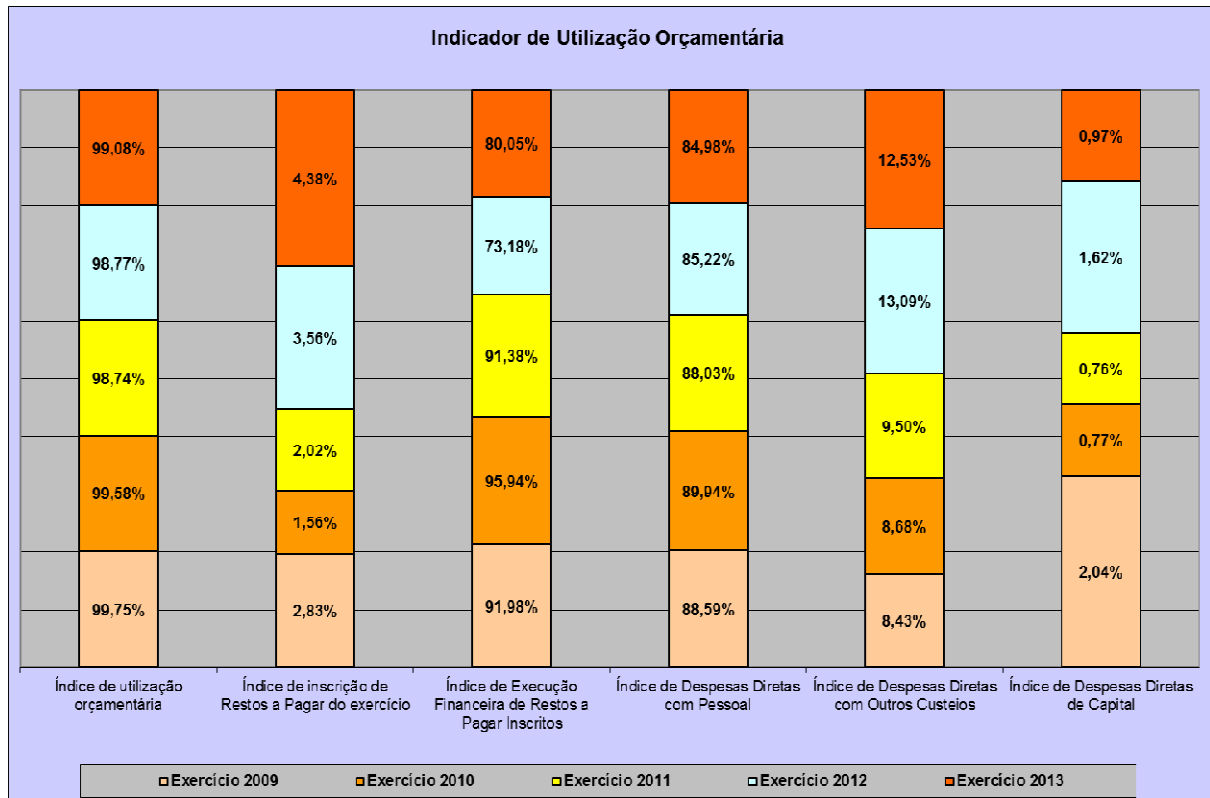
Os indicadores de utilização orçamentária refletem a utilização dos recursos orçamentários quanto à Despesa Realizada Total (DRT) e quanto às despesas realizadas parciais (DRP) com restos a pagar, pessoal e custeios e capital, em relação à despesa realizada total (DRT).

<b>Demonstrativo 1: INDICADOR DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>					
<b>Discriminação do Indicador</b>	<b>Exercício</b>				
	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
	<b>(%)</b>	<b>(%)</b>	<b>(%)</b>	<b>(%)</b>	<b>(%)</b>
Índice de utilização orçamentária	99,75	99,58	98,74	98,77	99,08
Índice de inscrição de Restos a Pagar do exercício	2,83	1,56	2,02	3,56	4,38
Índice de Execução Financeira de Restos a Pagar Inscritos:					
✓ Restos a Pagar do exercício de 2012:	-	-	-	-	80,05
✓ Restos a Pagar do exercício de 2011:	-	-	-	73,18	-
✓ Restos a Pagar do exercício de 2010:	-	-	91,38	-	-
✓ Restos a Pagar do exercício de 2009:	-	95,94	-	-	-
✓ Restos a Pagar do exercício de 2008:	91,98	57,43	-	-	-
Índice de Despesas Diretas com Pessoal	88,59	89,94	88,03	85,22	84,98
Índice de Despesas Diretas com Outros Custeios	8,43	8,68	9,50	13,09	12,53
Índice de Despesas Diretas de Capital	2,04	0,77	0,76	1,62	0,97

Pelo gráfico, pode-se observar a constância na utilização dos recursos disponibilizados a este Regional.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE



## 2. Indicador Específico de Utilização Orçamentária

Os indicadores específicos, por Ação, refletem a utilização dos recursos orçamentários alocados em cada Atividade/Projeto de responsabilidade deste Tribunal.

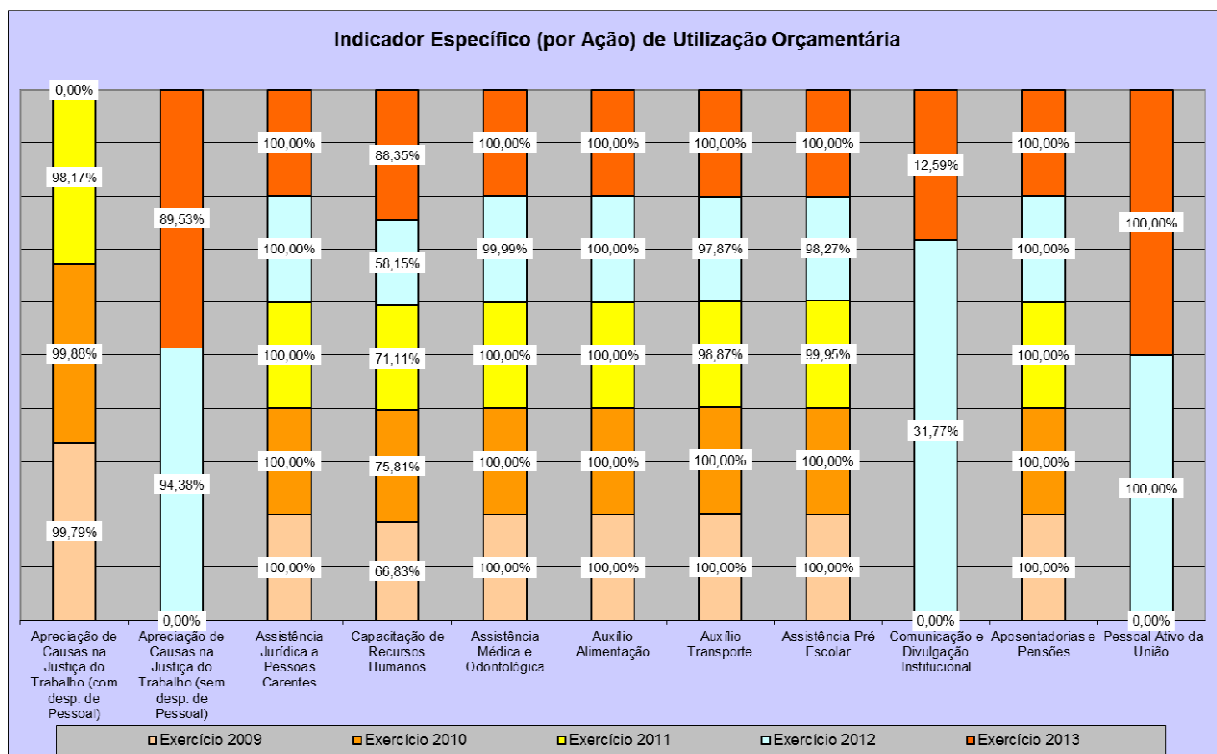
Demonstrativo 2: INDICADOR ESPECÍFICO DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Discriminação do Indicador	Exercício				
	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (com desp. de Pessoal)	99,79	99,88	98,17	-	-



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (sem desp. de Pessoal)	-	-	-	94,38	89,53
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Capacitação de Recursos Humanos	66,83	75,81	71,11	58,15	88,35
Assistência Médica e Odont. aos Serv., Empreg. e Dependentes	100,00	100,00	100,00	99,99	100,00
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	100,00	100,00	98,87	97,87	100,00
Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Serv. e Empregados	100,00	100,00	99,95	98,27	100,00
Aposentadorias e Pensões	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Pagamento de Pessoal Ativo da União	-	-	-	100,00	100,00
Comunicação e Divulgação Institucional	-	-	-	31,77	12,59

Pelo gráfico, pode-se observar a regularidade na utilização dos recursos alocados nas Ações indicadas no quadro acima.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

### 3. Indicador do Custo Médio Anual das Metas Físicas

Estes indicadores refletem o custo médio das metas realizadas no exercício:

Demonstrativo 3: INDICADOR DO CUSTO MÉDIO ANUAL DAS METAS FÍSICAS							
Discriminação do Indicador	(R\$) (Δ%)	Exercício					Δ% média 2009 a 2013
		2009	2010	2011	2012	2013	
Custo Anual de Processo Julgado	R\$	1.638,27	1.876,92	1.931,79	2.175,85	2.292,96	-
	Δ%	4,20	14,57	2,92	12,63	5,38	8,88
Custo Anual de Pessoas Assistidas pela Justiça Gratuita	R\$	988,20	1.055,47	1.077,24	1.129,39	1.151,16	-
	Δ%	12,09	6,81	2,06	4,84	1,93	3,91
Custo Anual por Beneficiário do Programa de Assistência Médica e Odontológica	R\$	1.121,57	1.178,23	1.373,12	1.449,83	1.790,08	-
	Δ%	2,29	5,05	16,54	5,59	23,47	12,66
Custo Anual por Beneficiário do Programa Assistência Pré-Escolar	R\$	3.178,39	4.397,58	4.550,81	5.705,89	6.613,23	-
	Δ%	-7,76	38,36	3,48	25,38	15,90	20,78
Custo Anual por Beneficiário do Programa Auxílio Transporte	R\$	1.484,19	1.752,52	2.213,58	2.249,56	2.444,83	-
	Δ%	-11,94	18,08	26,31	1,63	8,68	13,67
Custo Anual por Beneficiário do Programa Auxílio Alimentação	R\$	6.657,11	6.949,48	7.252,54	8.260,29	8.652,43	-
	Δ%	16,30	4,39	4,36	13,90	4,75	6,85
Custo Anual por Servidor Capacitado	R\$	197,29	281,50	304,96	203,40	253,90	-
	Δ%	-14,36	42,68	8,33	-33,30	24,83	10,64

R\$ = Custo médio Anual  
Δ% = Variação percentual do custo médio ano a ano  
Δ% média =  $\sum da \Delta\% \div 4$

Foi demonstrada, de maneira geral, a constante evolução dos custos anuais apurados no decorrer dos últimos cinco anos (2009 a 2013).

Observa-se variação percentual média anormal dos custos dos Programas: 1) Assistência Médica, que decorre da elevação dos custos em virtude de nova licitação realizada, tendo em vista que a empresa anteriormente contratada solicitou rescisão contratual, e da concessão do benefício auxílio saúde em pecúnia; 2) Assistência Pré-Escolar,



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

em virtude do expressivo reajuste ocorrido no valor do benefício em 2013; e 3) Auxílio Transporte, cujo aumento ainda é reflexo dos aumentos ocorridos nos exercícios de 2010 e 2011.

A variação do custo por servidor capacitado reflete descompasso entre as metas físicas e financeiras programadas, justificando-se pela utilização de meios estruturais deste Tribunal (salas de aula para cursos *in company*, professores do quadro de pessoal, etc.) que propiciam a capacitação de elevado número de servidores a custos reduzidos, ocasionando economicidade dos recursos disponibilizados.

Os demais custos (processos julgados, justiça gratuita, e auxílio alimentação) tiveram variação percentual crescente, estando coerentes com os principais índices inflacionários divulgados (IGP-M/FGV; INPC-FIPE; IPC/FIPE; IPCA/IBGE; IPCA-E/IBGE e POUPANÇA):

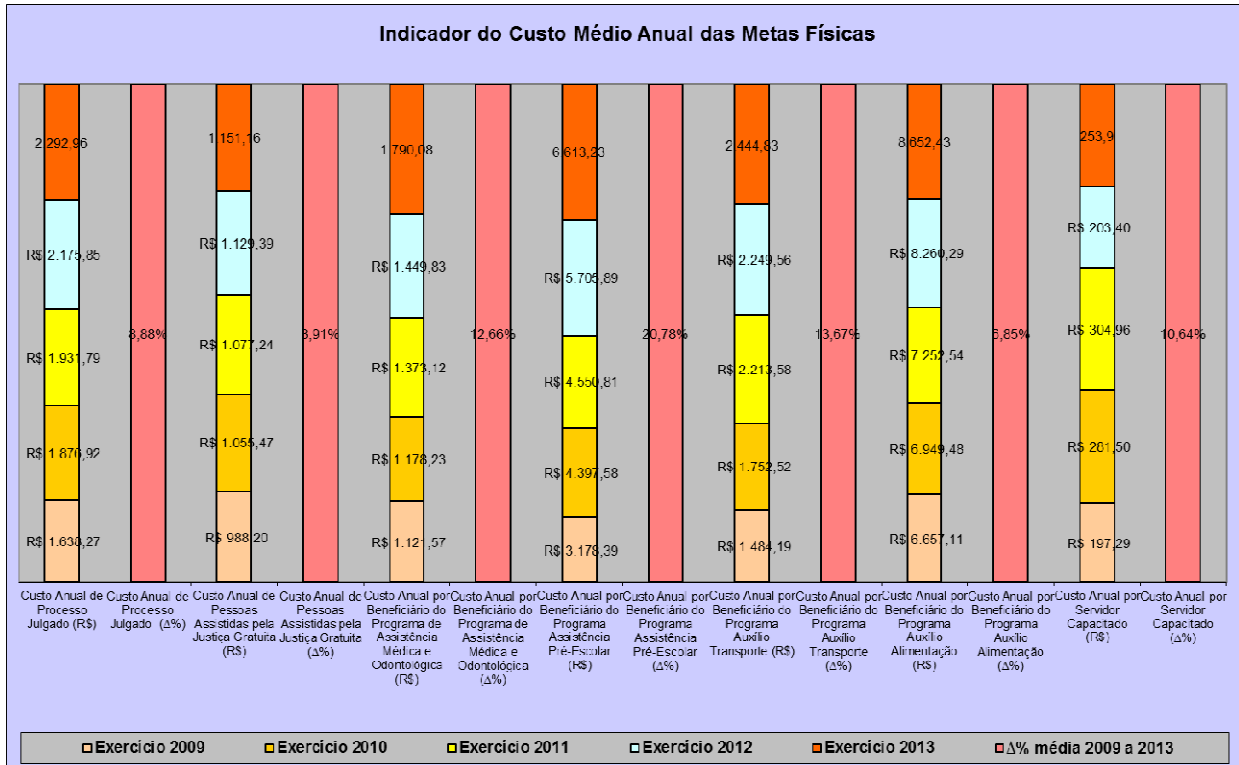
EXERCÍCIO	PERCENTUAL ACUMULADO POR EXERCÍCIO					
	IGP-M/FGV	INPC/FIPE	IPC/FIPE	IPCA/IBGE	IPCA-E/IBGE	POUPANÇA
2009	-1,71%	4,11%	3,64%	4,31%	4,18%	7,09%
2010	11,32%	6,46%	6,41%	5,90%	5,79%	6,81%
2011	5,09%	6,07%	5,80%	6,50%	6,55%	7,50%
2012	7,81%	6,19%	5,11%	5,83%	5,77%	6,58%
2013	5,53%	5,56%	3,89%	5,91%	5,84%	6,32%
<b>Δ% média</b>	<b>5,61%</b>	<b>5,68%</b>	<b>4,97%</b>	<b>5,69%</b>	<b>5,63%</b>	<b>6,86%</b>

FONTE: <http://www.portalbrasil.net>

O gráfico que segue representa a variação dos custos médios constantes dos quadros acima comentados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

## V. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Este Tribunal mantém Acordos de Cooperação Técnica com Instituições Financeiras objetivando incrementar o apoio dessas Instituições para a modernização e melhoria da prestação jurisdicional. A implementação se reverte em benefício dos usuários dos serviços forenses, magistrados, serventuários da Justiça e advogados. A contrapartida consiste em garantir as condições logísticas para a captação e gerenciamento, pelos Bancos, dos depósitos judiciais à ordem do Tribunal, mediante postos de atendimento bancário.

Em 2013, dos acordos firmados por este Tribunal, esteve em vigência apenas o Acordo de Cooperação com o Banco do Brasil S/A. O acordo firmado com a Caixa Econômica Federal terminou em agosto de 2012, conforme informado no Relatório de Gestão apresentado em 2013.

Com vigência de 60 meses (11/11/2009 a 10/11/2014), o Acordo com o Banco do Brasil S/A manteve as condições já informadas nos relatórios anteriores, reapresentadas no quadro abaixo.

<b>Processo</b>	<b>Vigência</b>	<b>Valor Total</b>
Processo Administrativo nº 018/2009 (contrato SCL-CT nº 083/2009)	11/11/2009 a 10/11/2014	179.000.000,00
OBS: <i>A liberação dos valores indicados correspondem a:</i> <i>1º ano = R\$ 35.000.000,00; 2º ano = R\$ 35.000.000,00; 3º ano = R\$ 36.000.000,00; 4º ano = R\$ 36.000.000,00 e 5º ano = R\$ 37.000.000,00.</i> <i>Os valores ou saldos não utilizados em determinado ano acumulam-se no ano subsequente.</i>		

Até julho de 2011 os recursos financeiros eram disponibilizados pelo banco mediante pagamentos efetuados diretamente aos fornecedores, após anuência do Tribunal. A partir de agosto de 2011, esses recursos passaram a ser depositados na conta única





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

do Tribunal.

Esses recursos financeiros disponibilizados pelo Banco, constituem receitas próprias auferidas pelo Tribunal, de que tratam os Acordos de Cooperação Técnica e Financeira firmados. A partir do exercício de 2012 respectivos recursos passaram a constar da Proposta Orçamentária elaborada por este Tribunal, sendo consignados na L.O.A., na fonte de recursos 181 – Recursos de Convênio.

A transferência dos recursos do Banco é efetuada mediante depósitos na Conta Única do Tesouro Nacional, à conta deste Regional, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, código 28844-6 – Transferências de Convênios da União e suas Entidades.

Os quadros a seguir ilustram os recursos orçamentários (créditos e saldos não utilizados) bem como os repasses efetuados até 2013, decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica.

<b>Crédito e Execução Orçamentária (Exercícios 2011 a 2013)</b>						
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Crédito Orçamentário</b>			<b>Execução Orçamentária</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
3390.30	185.791,76	3.241.714,79	935.000,00	185.791,76	3.241.714,79	0,00
3390.36	4.998.500,00	7.211.959,48	0,00	4.998.500,00	7.211.959,48	0,00
3390.39	23.447.348,24	16.121.248,73	15.084.107,00	13.981.875,98	10.199.897,16	7.892.794,24
4490.39	2.218.041,33	306.819,40	3.106.885,00	2.218.041,33	306.819,40	9.999,00
4490.52	18.629.079,67	15.785.757,60	6.512.085,00	11.710.777,56	15.115.190,21	2.242.272,00
3391.47	999.700,00	1.332.500,00	0,00	999.700,00	1.332.500,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>50.478.461,00</b>	<b>44.000.000,00</b>	<b>25.638.077,00</b>	<b>34.094.686,63</b>	<b>37.408.081,04</b>	<b>10.145.065,24</b>
		<b>120.116.538,00</b>		<b>81.647.832,91</b>		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

Elemento de Despesa	Saldo Orçamentário (Exercícios 2011 a 2013)		
	2013	2012	2011
3390.30	0,00	0,00	935.000,00
3390.39	9.465.472,26	5.921.351,57	7.191.312,76
4490.39	0,00	0,00	3.096.886,00
4490.52	6.918.302,11	670.567,39	4.269.813,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.383.774,37</b>	<b>6.591.918,96</b>	<b>15.493.011,76</b>
	<b>38.468.705,09</b>		
<i>Os saldos estão registrados na conta contábil 21.211.00.00 - Crédito Disponível de cada exercício</i>			

Do total de recursos financeiros estipulado no Acordo de Cooperação firmado com o Banco do Brasil S/A. (R\$ 179.000.000,00), foi efetivamente repassado a este Tribunal o montante de R\$ 131.983.464,65, conforme demonstrado:

BANCO DO BRASIL			
Ano	Valor contratado	Repasses	Saldo
2009	179.000.000,00	0,00	179.000.000,00
2010	-	19.365.098,99	159.634.901,01
2011 <sup>1</sup>	-	9.901.829,70	149.733.071,31
		16.560.000,00	133.173.071,31
2012	-	40.140.000,00	93.033.071,31
2013	-	46.016.535,96	47.016.535,35
<b>TOTAL</b>	<b>179.000.000,00</b>	<b>131.983.464,65</b>	<b>47.016.535,35</b>

<sup>1</sup> O valor de R\$ 9.901.829,70 repassado pelo Banco do Brasil corresponde a pagamentos efetuados diretamente aos fornecedores deste Tribunal, tendo em vista a não liberação do crédito suplementar correspondente até 04/08/2011. A partir da concessão do crédito suplementar, os valores repassados, no total de R\$ 16.560.000,00, correspondem a depósitos efetuados por meio de GRU, código 28844, identificados pela *Fonte de Vinculação 181 – Recursos de Convênio*

O valores resultantes do contrato firmado com o Banco do Brasil S/A estão registrados na conta contábil 19.971.08.00 – Termos/Acordos de Cooperação com Instituições Financeiras.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Afinal, inspecionados os atos referentes à execução das despesas realizadas no exercício de 2013 por este Órgão, submetemos a presente Prestação de Contas à superior consideração.

São Paulo, 07 de março de 2014

**ELISABETE MITIE ONO**  
Diretora da Coordenadoria de  
Contabilidade

**NIVALDO CATANIA**  
Diretor da Secretaria de Coordenação  
Orçamentária e Financeira

**DE ACORDO**

São Paulo, de de 2014

**LUÍS ALBERTO DAGUANO**  
Diretor Geral da Administração

**APROVO**

**CIÊNCIA AO E. TRIBUNAL PLENO.**

São Paulo, de de 2014

**MARIA DORALICE NOVAES**  
Desembargadora Presidente do Tribunal



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE**

**VII. ANEXOS**

- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Balanço Patrimonial
- Demonstrações das Variações Patrimoniais
- Demonstrações das Disponibilidades